

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Azul S.A. ("Azul") é uma sociedade anônima com sede na Avenida Marcos Penteado de Uihôa Rodrigues, 939 na cidade de Barueri, estado de São Paulo, Brasil. A Azul foi constituída em 3 de janeiro de 2008, tendo como objeto social, primordialmente, a participação direta no capital de empresas dedicadas à atividade de transporte de passageiros e de carga. A Azul e suas controladas são, em conjunto, chamadas de "Companhia".

Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("ALAB"), uma subsidiária a qual a Companhia detém 100% do capital, foi constituída em 3 de janeiro de 2008, e tem como principal objeto a operação de transporte de passageiros e de carga aérea no Brasil desde o início de suas operações em 15 de dezembro de 2008. Canela Investments LLC ("Canela"), uma subsidiária com sede no estado de Delaware, Estados Unidos da América, a qual a Companhia detém 100% do capital, foi constituída em 28 de fevereiro de 2008 e tem o propósito específico de adquirir aeronaves no exterior para arrendamento à ALAB.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras individuais apresentadas a seguir:

Controladas	Atividade principal	País	% Participação		
			31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (ALAB)	Operações aéreas	Brasil	100,0%	100,0%	100,0%
Azul Finance LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%	100,0%
Azul Finance 2 LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%	100,0%
Azul Services LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%	100,0%
Blue Sabiá LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	-	-
ATS Viagens e Turismo Ltda. (a)	Serviço de turismo	Brasil	99,9%	-	-
Azul SOL LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	-	-
Fundo Garoupa (b)	Fundo de investimento exclusivo	Brasil	100,0%	100,0%	100,0%
Fundo Safira (a)	Fundo de investimento exclusivo	Brasil	100,0%	100,0%	100,0%
Fundo Azzurra (a)	Fundo de investimento exclusivo	Brasil	100,0%	100,0%	100,0%
Tudo Azul S.A.	Programa de fidelidade	Brasil	100,0%	100,0%	100,0%
Canela Investments LLC (Canela)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%	100,0%
Canela 336 LLC (c)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%	100,0%
Canela 407 LLC (c)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%	100,0%
Canela 429 LLC (c)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%	100,0%
Canela Turbo One LLC (c)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%	100,0%
Canela Turbo Two LLC (c)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%	100,0%
Canela Turbo Three LLC (c)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%	100,0%

(a) Investimento realizado indiretamente através da ALAB.

(b) Investimento realizado 1% diretamente e 99% indiretamente através da ALAB.

(c) Investimento realizado indiretamente através da Canela.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Parceiros estratégicos globais

a) United Airlines, Inc

Em 26 de junho de 2015 a Companhia e a United Airlines Inc., através de sua subsidiária integral CALFINCO Inc. (em conjunto, "United"), firmaram um acordo de investimento a qual a United adquiriu 5.421.896 (após o desdobramento das ações 10.843.792) ações preferenciais classe C da Azul, por um montante de US\$100.000 mil (R\$312.989 em 26 de junho de 2015).

O acordo da Companhia com a United aumentou o alcance de suas redes e criou tráfego adicional de conexões de voos, pois a Companhia e a United passaram a comercializar passagens uma da outra através de sistema de *codeshare*. Este sistema de *codeshare* oferece aos clientes a possibilidade de voar em ambas as companhias aéreas com um único processo de reservas e emissão de bilhetes, incluindo cartão de embarque e check-in de bagagem, até o seu destino final.

b) Hainan Airlines Co. Ltd

Em 5 de fevereiro de 2016, a Companhia firmou um Acordo de Investimento com a Hainan Airlines Co. Ltd ("HNA"), no qual a HNA comprometeu-se a fazer um aporte de capital de US\$450.000 mil (equivalente a R\$1.753.875 em 5 de fevereiro de 2016). O Acordo de Investimento consiste no seguinte:

i- Empréstimo com opção de conversão

Em 05 de fevereiro de 2016 a Companhia celebrou um acordo com a HNA relacionado a concessão de empréstimo com opção de conversão em ações preferenciais classe D, no montante total de US\$150.000 mil (equivalente a R\$584.625).

Nos termos do acordo o empréstimo possuía vencimento em 181 dias após os valores serem recebidos e seria automaticamente convertido em ações preferenciais classe D da Azul após o vencimento de 181 dias. Se no vencimento o empréstimo não fosse totalmente pago ou convertido, os juros do empréstimo, de 14,25% ao ano, passariam a ser reconhecidos a partir da data de vencimento de forma retroativa desde o início do contrato do empréstimo. Os recursos do empréstimo seriam utilizados para aquisição de Bonds com opção de conversão emitidos pela TAP - Transportes Aéreos Portugueses SGPS S.A. ("TAP") em um montante máximo de €120.000 mil.

Em 14 de março de 2016 a Companhia recebeu US\$99.936 mil (equivalente a R\$360.769) da HNA e na mesma data adquiriu €90.000 mil (equivalente a R\$360.769) em Bonds conversíveis Serie A emitidos pela TAP. Em 28 de setembro de 2016, o empréstimo de US\$99.936 mil foi convertido em 7.022.381 (após o desdobramento das ações 14.044.762) ações preferenciais classe D no montante de R\$324.792 (Nota 20).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 02 de junho de 2016, a Companhia recebeu o montante remanescente no valor de US\$50.064 mil (equivalente a R\$172.448) da HNA e utilizou imediatamente para subscrição de 3.517.936 (após o desdobramento das ações 7.035.872) novas ações preferenciais classe E. Em 3 de agosto de 2016, as ações preferenciais classe E foram convertidas em ações preferenciais classe D (Nota 20).

ii- Aporte de capital

O aporte de capital de valor de US\$300.000 mil (equivalente a R\$975.868 em 05 de fevereiro de 2016), para a subscrição de ações preferenciais classe D da Azul estava condicionado à aprovação das autoridades reguladoras competentes da República Popular da China.

Em 03 de agosto de 2016, a Companhia recebeu o aporte da HNA e foi contabilizado da seguinte maneira (i) subscrição de 21.080.633 (após o desdobramento das ações 42.161.266) ações preferenciais classe D da Azul, resultando no aumento de capital no montante de R\$487.934 e (ii) alocação de R\$487.934 na rubrica "Reserva de capital" (Nota 14).

iii- Bonds conversíveis da TAP

Como mencionado no item b) i. acima, em 14 de março, 2016, a Companhia adquiriu dívidas conversíveis de série A emitidas pela TAP ("Bonds TAP") no montante de €90.000 mil. Os Bonds TAP são conversíveis, no total ou em parte, e a opção de conversão em novas ações da TAP possui direito a benefícios econômicos preferenciais ("Ações TAP"). Após a conversão total, as Ações TAP representarão 6,0% do capital total e votante da TAP, com o direito de receber dividendos ou outras distribuições correspondentes a 41,25% dos lucros distribuíveis da TAP. A opção pode ser exercida a partir de julho de 2016. Os Bonds TAP têm vencimento de 10 anos a partir de sua emissão, com juros anuais de 3,75% até 20 de junho de 2016 e à taxa de 7,5% nos anos seguintes. Os juros provisionados e ainda não pagos, serão pagos até a data de vencimento ou até o resgate antecipado dos títulos.

A TAP tem o direito de resgatar antecipadamente os Bonds TAP se ainda não tiver sido convertido e antes (i) da ocorrência de um IPO ou (ii) de 4 anos da emissão dos Bonds TAP, desde que a TAP esteja em conformidade com certos covenants financeiros. Os Bonds TAP serão resgatados pelo valor do principal, juntamente com os juros acumulados não pagos.

Os Bonds TAP, bem como a opção de convertê-los em ações TAP, foram classificados como um único ativo financeiro registrados pelo valor justo por meio do resultado, classificado em "Aplicação financeira não circulante".

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 foram aprovadas para emissão pelos membros da diretoria, em 10 de março de 2017.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas sob a responsabilidade de nossa Administração, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional adotada pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais, as informações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos e interpretações emitidos IASB, IFRS *Interpretations Committee* e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

3. Políticas contábeis

3.1. Base para consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Azul e de suas controladas em 31 de dezembro de 2016. O controle é obtido quando a Azul está exposta aos riscos ou, detêm os direitos sobre a investida. Especificamente, a Azul controla uma investida, se:

- Tem poder sobre a investida, isto é, possui direitos que lhe dão a capacidade atual de controlar as atividades relevantes da investida;
- Está exposta, ou possui os direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e;
- Possui capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar os seus negócios.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contábeis, em conformidade com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos de partes relacionadas, patrimônio, receitas, despesas e fluxos de caixa referentes a transações entre as partes relacionadas são eliminados integralmente no processo de consolidação.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia inclui instrumentos financeiros com vencimentos inferiores a três meses, como equivalentes de caixa.

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos designados como instrumentos de hedge eficazes. A classificação dos ativos financeiros é determinada no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulantes, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, empréstimos, outros recebíveis e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38 (IAS 39) aplicações financeiras circulantes e aplicações financeiras vinculadas.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. A reclassificação para empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda ou investimentos mantidos até o vencimento depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação os quais não podem ser reclassificados após classificação inicial.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem;
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo de 'repasse'; e (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações mantidos.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou a máxima contraprestação que puder ser exigida, dos dois o menor.

ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

São avaliadas se nas datas do balanço há alguma evidência objetiva que determine que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade que o mesmo irá entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta corrente com saldo negativo), empréstimos, financiamentos e debêntures, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 (IAS 39).

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos (Incluindo Debêntures)

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos, reconhecido no resultado do exercício.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro da mesma contra parte com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na Nota 22.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos relativos a contratos de opção de câmbio, taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo do instrumento for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, enquanto ainda não realizados e lançados no resultado quando da liquidação do item objeto de *hedge*.

Para fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- *Hedge* de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido; ou
- *Hedge* de fluxo de caixa ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a será avaliada a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*. Quanto a *hedge* de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do *hedge*, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado são também incluídos na documentação da relação de *hedge*.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Espera-se que esses *hedges* sejam eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente eficazes ao longo de todos os períodos base para os quais foram destinados.

Hedges que satisfazem os critérios para o seu registro são contabilizados da seguinte forma:

Hedge de valor justo

O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* (para instrumento de *hedge* derivativo) ou do componente cambial da sua quantia escriturada medido de acordo com o CPC 02 (IAS 21) (para instrumento de *hedge* não derivativo) deve ser reconhecido no resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item objeto de *hedge* numa relação de *hedge*, a variação do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto é reconhecida como um ativo financeiro quando ela for positiva ou como um passivo financeiro quando ela for negativa, com o reconhecimento de um correspondente ganho ou perda na demonstração do resultado. O saldo acumulado no balanço patrimonial decorrente das variações sucessivas do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto será transferido para o saldo do item objeto de *hedge* no momento do reconhecimento inicial (reconhecimento do saldo das contas a pagar ou das contas a receber).

A Companhia possui swaps de taxa de juros para proteção contra a exposição à mudança no valor justo de alguns de seus financiamentos de aeronaves (Nota 22).

Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia utiliza contratos de swap para oferecer proteção contra a sua exposição ao risco de incremento nas taxas de juros relacionadas às suas transações de arrendamento operacional.

Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazos ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- Quando um derivativo for mantido como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.
- Os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal são classificados de forma consistente com os fluxos de caixa do contrato principal.
- Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*. O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

3.5. Estoques

Os estoques são compostos por peças de manutenção de aeronaves e uniformes. Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável, dos dois, o menor, líquido da provisão de obsolescência.

3.6. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são registrados sobre diferenças temporárias na data do balanço entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou dos ativos ou passivos em uma transação que não é uma combinação de negócios e, não afeta o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo tributável, e;
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis e de créditos fiscais de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados, na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível para sua utilização, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível surge do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributável; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser usadas.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado em cada data do balanço e baixado na medida em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte dos ativos fiscais diferidos sejam utilizados. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que os lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados através das alíquotas aplicáveis no ano em que os bens serão realizados ou os passivos liquidados, com base nas taxas de imposto aplicáveis. As alíquotas aplicáveis para determinação dos impostos diferidos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente como perda de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, também são reconhecidos como perda de outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido e não no resultado do período.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos, caso exista algum direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre receitas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as receitas, exceto:

- Quando os impostos sobre as vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições no Brasil:

- Imposto sobre prestação de serviços - ICMS - incidente sobre operações de cargas aéreas, com alíquotas que variam de 4% a 19%.
- Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS: incidente sobre transporte de passageiros, com alíquota de 3% e incidente sobre as demais receitas correlatas com a atividade de transporte aéreo com alíquota de 7,6%.
- Programa de integração social - PIS: incidente sobre transporte de passageiros, com alíquota de 0,65%, e incidentes sobre demais receitas correlatas com a atividade de transporte aéreo com alíquota de 1,65%.
- Instituto Nacional de Seguro Social - INSS: em 1º de janeiro de 2013, o Governo Federal através da Medida Provisória 540/11, convertida na Lei 12.546/11, determinou que a contribuição ao INSS fosse calculada à alíquota de 1% sobre o faturamento. Em 01 de dezembro de 2015 a alíquota mudou para 1,5%. Até 31 de dezembro de 2012 essa contribuição foi calculada sobre a folha de

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pagamento. Sendo assim, desde 1º de janeiro de 2013 a Companhia passou a apresentar o INSS como redução da receita bruta.

Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de transporte de passageiros, de cargas e de outras receitas nas demonstrações do resultado.

3.7. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de câmbio são registradas na demonstração do resultado. As alterações do valor justo dos instrumentos de hedge são registradas pelo tratamento contábil descrito na nota 3.4. "Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge".

3.8. Ativo imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. No imobilizado também são registrados os pré-pagamentos de aeronaves em fabricação que incluem os juros e encargos financeiros incorridos durante a fase de fabricação das aeronaves e benfeitorias em bens de terceiros.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia recebe créditos de fabricantes quando da aquisição de certas aeronaves e motores, que podem ser utilizados para pagamento de serviços de manutenção. Esses créditos são registrados como redução do custo de aquisição das aeronaves e motores relacionados, em contrapartida de um débito em outras contas a receber e, em seguida, registrada como despesa ou ativo, quando os créditos são utilizados para a aquisição adicional de bens ou serviços. Nos casos de arrendamento operacional, esses créditos são diferidos e reduzem as despesas de arrendamento operacional, de forma linear, durante o período dos contratos relacionados.

As aeronaves são registradas pelo custo de aquisição e são submetidas à análise de "*impairment*" anualmente, quando há indicadores de "*impairment*". Equipamentos de aeronaves, componentes rotáveis e ferramentas compreendem peças de manutenção reparáveis, e com vida útil superior a um ano, e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição.

Os arrendamentos de aeronaves são contabilizados como operacionais ou financeiros - vide Nota 3.12.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada a seguir:

	<u>Vida útil estimada</u>
Edificações e benfeitorias	5 anos
Equipamentos de informática e periféricos	5 anos
Aeronaves	12 anos
Motores	12 anos
Manutenções pesadas	3 anos
Ferramentas	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamento de aeronave	10 anos
Simulador de voo	12 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Companhia considera que as aeronaves possuem três componentes principais, casco, motores e manutenções pesadas. São atribuídos ao componente de custo de manutenção de motores à parcela do custo total de cada aeronave no momento de sua aquisição. Esse componente é depreciado ao longo da vida útil, determinada de acordo com o período até a próxima manutenção pesada programada ou vida útil remanescente dos motores, dos dois, o menor.

A Companhia possui contratos de manutenção de motores que suportam toda a atividade significativa de sua manutenção. Adicionalmente também possui exclusivamente contratos do tipo "*power-by-the-hour*", no qual são determinados os valores que são devidos aos prestadores de manutenção com base nas horas voadas, quando do evento da manutenção

Reparos e demais manutenções de rotina são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. Os gastos com manutenção pesada são registrados parte do ativo no momento em

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente da Companhia. Estes custos de manutenção são amortizados ao longo da vida útil determinada de acordo com o período até a próxima manutenção programada significativa. A manutenção pesada para aeronaves mantidas como arrendamento operacional é reconhecida como despesa quando incorrida e registrada na rubrica "Materiais de manutenção e reparo".

As despesas de depreciação de manutenções capitalizadas são registrada sob a rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

Um item do ativo imobilizado e de qualquer parte significativa reconhecida inicialmente é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre os proventos líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado.

3.9. Combinação de negócios

Na contabilização da combinação de negócios, foi utilizado o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, com base no valor justo na data da aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos. Os ativos adquiridos e passivos assumidos são mensurados pelo valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura é mensurado como o excesso da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos pelo valor justo. Se a contraprestação for inferior ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração de resultados. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo menos quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para os anos de 2016, 2015 e 2014, a Companhia não concluiu nenhuma transação de combinação de negócios.

3.10. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas do valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica estimada e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social quando houver indicativo de "impairment". Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível (Nota 15).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, e reconhecidos na demonstração do resultado.

Na aquisição da Tudo Azul (antiga TRIP), a Companhia identificou direitos de operações em aeroportos e classificou como vida útil indefinida. O valor justo sobre os direitos de operação dos aeroportos da Pampulha, Santos Dumont e Fernando de Noronha foram reconhecidos a valor justo na data de aquisição. O valor justo destes direitos foi avaliado com base nos fluxos de caixa futuros descontados estimados. Esses direitos são considerados como tendo vida útil indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requisitos de autorizações necessárias para operar no Brasil e limitada disponibilidade de slots nos aeroportos mais importantes em termos de volume de tráfego.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente é realizada uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou em operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade. Se houver, tais evidências são identificadas através do teste de “*impairment*” anual. Para avaliar um ativo é necessário que se estime o valor recuperável do mesmo. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustado a valor contábil.

A Companhia opera como uma única unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor justo menos o custo de venda, é determinado sempre que possível, com base em um contrato de venda firme realizado em condições normais de mercado entre as partes conhecidas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há compromisso de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou o preço da transação mais recente de ativos semelhantes.

Para os ativos, excluindo ágio, é feita anualmente uma avaliação para determinar se há indícios de que as perdas, por redução ao valor recuperável, reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se essa indicação existir, é estimado o valor recuperável do bem. A perda por “*impairment*” anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver havido uma mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo, desde que tenha sido reconhecida a última perda por “*impairment*”. A reversão é limitada, de modo que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, como também não exceda o valor contábil determinado anteriormente, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por “*impairment*” tenha sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A determinação de “*impairment*” do ágio registrado no balanço é realizada através da avaliação do valor recuperável da Companhia (única unidade geradora de caixa).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor quando comparado com o saldo contábil, uma perda por ajuste a valor recuperável é reconhecida no período. As perdas por ajustes a valor recuperável não podem ser revertidas em períodos futuros.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.12. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis nos quais se detém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como uma compra financiada, reconhecendo, desde o início um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Os pagamentos de arrendamento são apropriados entre despesas financeiras que são reconhecidas diretamente na demonstração de resultado e como passivo contabilizado como dívida não circulante, com base nas contraprestações remanescentes a pagar de forma a alcançar uma taxa constante de juros. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Aeronaves mantidas sob arrendamentos financeiros são registradas com base no menor valor entre o valor justo da aeronave e o valor presente dos pagamentos mínimos, descontados a uma taxa de juro implícita quando é claramente identificado no contrato de locação, ou a taxa de juros de mercado.

Os ativos são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil econômica remanescente dos bens arrendados ou pelo prazo contratual quando não existe uma razoável certeza de que irá obter a propriedade do bem no fim do prazo contratual.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais, incluindo os custos diretos e incentivos recebidos do locador de cada contrato, são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

A transação de “sale and leaseback” envolve a venda e o imediato aluguel do mesmo ativo. Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de “sale and leaseback” classificados após a venda como arrendamento operacional são reconhecidos imediatamente no resultado quando a transação foi mensurada ao valor justo. Caso o preço de transação for estabelecido abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda será reconhecido se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado e serão diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante contrato.

Se a transação de “*sale and leaseback*” resultar em arrendamento mercantil financeiro, qualquer excesso de receita de venda obtido acima do valor contábil deve ser diferido e amortizado durante o prazo do arrendamento.

Subarrendamento é uma operação em que a Companhia possui um contrato original de aluguel de determinado ativo que é transferido para um terceiro gerando um novo contrato de aluguel em

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

condições que podem ser iguais ou diferentes do contrato original. A despesa do aluguel do contrato original é reconhecida na demonstração do resultado na linha de “Arrendamento mercantil de aeronaves e outros” e a receita do contrato de subarrendamento na linha de “Outras receitas”.

Em determinadas circunstâncias, como por exemplo, condições de mercado em que os contratos foram negociados, pode ocorrer que o valor da despesa de aluguel paga seja diferente da receita de aluguel recebida no contrato de subarrendamento. Para os contratos em que essa situação é identificada o registro de uma provisão para contrato oneroso é requerida de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

3.13. Depósitos em garantia e reservas de manutenção

Depósitos em garantia para contratos de arrendamento

Os depósitos em garantia são representados por valores depositados pela Companhia para os arrendadores das aeronaves, conforme exigido no início do contrato, como garantia pelo cumprimento do contrato de arrendamento. Os depósitos em garantia são realizados em dólares norte-americanos sem incidência de juros e são reembolsáveis ao término dos contratos.

Reserva de manutenção de aeronaves e motores

As reservas de manutenção referem-se aos pagamentos efetuados em dólares norte-americanos, para os arrendadores, para serem utilizados em futuras manutenções nas aeronaves e motores. Essas reservas são utilizadas para o pagamento das manutenções realizadas, e pode ser reembolsável após o término dos contratos. Determinados contratos de arrendamento estabelecem que as reservas existentes, em caso de excesso de manutenção, não são reembolsáveis. Tal excesso ocorre quando os valores usados em manutenções anteriores são mais baixos que os valores depositados. Qualquer valor em excesso retido pelo arrendador na data do término do contrato, que não são considerados relevantes, será contabilizado como despesa adicional de arrendamento de aeronaves. A Administração revisa regularmente a recuperação das reservas e acredita que os valores apresentados no balanço patrimonial são recuperáveis.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As variações cambiais sobre os pagamentos, líquidos de custos de manutenção, são contabilizadas como uma despesa ou receita no resultado financeiro. Pagamentos relacionados com a manutenção, que não se espera realizar, são contabilizados no momento do pagamento como uma despesa de arrendamento adicional. Alguns contratos de arrendamento de aeronaves não requerem reservas de manutenção.

3.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando se espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os contratos de arrendamento mercantil determinam as condições que devem devolver as aeronaves e os motores aos arrendadores. A Companhia estima a provisão da manutenção baseada no valor presente da expectativa de custo futuro para que a condição de retorno dos equipamentos seja cumprida, levando em conta o plano de frota atual e as programações de manutenção de longo prazo.

3.15. Benefícios a empregados

i) Bônus a executivos

É constituída provisão para pagamento de bônus dos executivos, condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas e registrada como Salários e benefícios.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos planos de remuneração com base em ações, a serem liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações e ações restritas.

O custo de transações com executivos, liquidadas com instrumentos patrimoniais e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza de precificação de opções *Black-Scholes*. Maiores detalhes estão demonstrados na Nota 29.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de “*vesting*”).

A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data base até a data de “*vesting*” reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Administração do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “Salários e benefícios” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de “*vesting*”, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição de mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “Salários e benefícios” correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do plano de remuneração em ações, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um plano de remuneração em ações é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não-aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fosse uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior.

O custo de transações liquidadas em dinheiro é mensurado inicialmente pelo valor justo na data da outorga. Esse valor justo é contabilizado como despesa durante o período até a data de vencimento, com o reconhecimento de um passivo correspondente. O passivo é reavaliado ao valor justo na data do balanço até a data de liquidação, com as mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período e reconhecido na rubrica “Salários e benefícios”.

3.16. Reconhecimento da receita

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas de passageiros são reconhecidas após efetiva prestação do serviço de transporte. Os trechos vendidos e não voados, correspondentes aos transportes a executar, são demonstrados no passivo circulante. Os bilhetes expiram no prazo de um ano. É reconhecida a receita de bilhetes a partir da data do voo e passagens com expectativa da prescrição. São estimados os valores de reembolsos e trocas futuras, líquido dos bilhetes expirados, uma vez que a data do voo já ocorreu. Estas estimativas são baseadas em dados históricos e na experiência de eventos passados.

Os reembolsos e trocas futuras estimados, incluídos na conta de receita diferida, são comparados mensalmente com reembolsos ocorridos e atividades de troca com o objetivo de monitorar a razoabilidade dos reembolsos e trocas futuras estimadas (Nota 18).

As outras receitas relacionadas com serviços são representadas por taxas de alterações de reservas de voos, excesso de bagagem, transporte de cargas, Espaço Azul, fretamentos e outros serviços, as quais são reconhecidas quando os serviços são prestados.

3.17. Programa Tudo Azul

Os pontos são acumulados baseados no total dos bilhetes vendidos, mas a quantidade de pontos acumulados e como podem ser utilizados, depende de cada trecho voado, de campanhas promocionais, do prazo de antecedência em que o resgate for solicitado, dentre outros fatores. A Companhia apresenta pontos acumulados no programa Tudo Azul, conquistados por seus clientes e ainda não resgatados. Para estes pontos registrados sob a rubrica “Transportes a Executar”, as receitas são registradas no momento da prestação do serviço. Os pontos acumulados têm validade de 2 anos após adquiridos.

Após a venda de um bilhete, a Companhia reconhece uma parcela das vendas de passagens como receita quando o serviço de transporte ocorre como descrito na nota 3.16 acima e difere a parcela correspondente aos pontos do Programa Tudo Azul, em conformidade com o IFRIC 13, Programas de Fidelização de Clientes.

A Companhia determina o preço estimado de venda do transporte aéreo e os pontos, considerando que cada elemento fosse vendido em uma base separada. O valor total de cada venda de bilhetes é então atribuído a cada um destes elementos individualmente em uma base pro-rata.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia estima o preço de venda com base no preço em que os pontos são vendidos a terceiros, tais como empresas de cartão de crédito.

A Companhia também vende pontos do programa de fidelidade Tudo Azul a terceiros. A receita diferida é reconhecida como receita de passageiros quando os pontos são resgatados e o serviço de transporte ocorre. O valor justo de um ponto é estimado em uma base anual, utilizando a média de pontos resgatados e o valor estimado de bilhetes comprados com os mesmos ou com restrições similares como prêmios a passageiros frequentes.

A Companhia reconhece a receita de pontos vendidos e premiados que nunca serão resgatados por membros do programa. A Companhia estima tais montantes anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis sobre os padrões de resgate e de validade.

Pontos atribuídos ou vendidos e não utilizados são registrados no passivo de transportes a executar (Nota 18).

A Companhia efetuou uma transação com um banco brasileiro para a divulgação do cartão de crédito com a sua marca. Em 31 de dezembro de 2016, as receitas relacionadas foram de R\$1.500 (31 de dezembro de 2015 – R\$1.200 e 31 de dezembro de 2014 – R\$0).

3.18. Informações por segmento

O CPC 22 (IFRS 8) requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

As operações da Companhia consistem na prestação de serviços de transporte aéreo no território brasileiro. A Companhia efetua a alocação de recursos com a finalidade de melhorar o desempenho dos resultados consolidados. Os principais ativos geradores de receitas da Companhia são suas aeronaves, que são registradas no Brasil. As outras receitas são originadas basicamente por operações de cargas, vendas a prazo, excesso de bagagem, multas por cancelamento de tarifas, sendo que todos os itens estão diretamente atribuídos a serviços de transporte aéreo.

Com base na forma como a Companhia administra os seus negócios e da maneira em que as decisões de alocação de recursos são feitas, existe apenas um segmento operacional para fins de reporte financeiro.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.19. Pronunciamentos novos e revisados

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Alterações à IFRS 11 Acordos conjuntos: contabilização de aquisições de partes societárias

As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 Combinação de negócios para contabilização de combinações de negócios. As alterações também esclarecem que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é reavaliada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for mantido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal.

As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação inicial em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta, sendo aplicadas prospectivamente. As referidas alterações não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que não houve aquisição de participação em operação conjunta durante o período.

Alterações à IAS 16 e à IAS 38: Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização

As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 Ativo imobilizado e na IAS 38 Ativos intangíveis que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados com base na operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações são aplicadas de forma prospectiva e não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que não foi utilizado o método baseado em receitas para amortização dos ativos não circulantes.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Melhorias anuais Ciclo 2012-2014

Essas melhorias incluem:

IFRS 5 Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas. Ativos (ou Companhias de alienação) são geralmente alienados por meio de venda ou distribuição aos titulares. A alteração esclarece que a mudança de um desses métodos de alienação para outro não seria considerada um novo plano de alienação, mas sim uma continuação do plano original. Portanto, não há interrupção da aplicação das exigências da IFRS 5. Esta alteração deve ser aplicada prospectivamente.

IFRS 7 Instrumentos financeiros: Evidenciação

(i) Contratos de serviços

A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza desta taxa e o acordo em comparação à orientação sobre envolvimento contínuo na IFRS 7, a fim de avaliar se a evidenciação é exigida. A avaliação de quais contratos de serviços constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. Contudo, a evidenciação exigida não precisa ser fornecida para qualquer período iniciado antes do período anual em que a entidade aplicar pela primeira vez as alterações.

(ii) Aplicabilidade das alterações à IFRS 7 para demonstrações financeiras intermediárias condensadas A alteração esclarece que as exigências de evidenciação de compensação não se aplicam a demonstrações financeiras intermediárias condensadas, a não ser que tal evidenciação forneça uma atualização significativa às informações divulgadas no relatório anual mais recente. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente.

IAS 19 Benefícios a empregados

A alteração esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados de alta qualidade é avaliada com base na moeda de denominação da obrigação, e não no país em que se encontra a obrigação. Quando não existe um mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração é aplicada retrospectivamente.

IAS 34 Demonstração intermediária

A alteração esclarece que as divulgações intermediárias exigidas devem ser feitas nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência cruzada entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que sejam incluídas no relatório financeiro intermediário (por exemplo, no relatório de comentários da administração ou relatório de riscos). As

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

demais informações no relatório financeiro intermediário devem estar disponíveis aos usuários nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intermediárias e na mesma época. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente. Essas alterações não terão nenhum impacto sobre a Companhia.

Alterações à IAS 1 Iniciativa de divulgação

As alterações à IAS 1 esclarecem, em vez de mudar significativamente, as atuais exigências da IAS 1.

As alterações esclarecem:

- As exigências de materialidade da IAS 1.
- Que itens de linhas específicas das demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e do balanço patrimonial podem ser desagregados.
- Que as entidades têm flexibilidade quanto à ordem de apresentação das notas explicativas.
- Que a parcela de outros resultados abrangentes de associadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) contabilizada com base no método de equivalência patrimonial deve ser apresentada de forma agregada como um único item de linha, e classificada entre os itens que serão ou não reclassificados posteriormente para o resultado.

Adicionalmente, as alterações esclarecem as exigências aplicáveis quando subtotais adicionais são apresentados no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes. Estas alterações não terão nenhum impacto sobre a Companhia.

3.20. Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2016

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras estão apresentadas a baixo:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos financeiros, que substituiu o IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e as versões anteriores do IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização dos instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização do hedge.

A IFRS 9 está em vigência para os períodos anuais iniciado em 1 de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida a aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para a contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data de entrada em vigor. No decorrer de 2016, a Companhia realizou uma avaliação do impacto para os três aspectos do IFRS9. Essa avaliação preliminar baseia-se nas informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças em razão de análises detalhadas complementares ou informações adicionais cabíveis e evidenciáveis que sejam disponibilizadas para a Companhia no futuro.

A Companhia não espera um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS.

Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada.

A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data da sua entrada em vigor. No decorrer de 2016 a Companhia realizou uma avaliação preliminar da IFRS 15, a qual está sujeita a mudanças em razão de análises mais detalhadas em andamento.

Os componentes identificados pela Companhia até 31 de dezembro de 2016, são os seguintes:

a) Transporte Aéreo

Não é esperado que os serviços de transporte aéreo prestados pela companhia sofram grandes impactos pela nova norma. As receitas de passageiros são reconhecidas após a efetiva prestação do serviço de transporte, o que caracteriza a satisfação da obrigação de desempenho com o cliente.

Entendemos que a única obrigação de desempenho atrelada ao transporte aéreo é o próprio serviço de transporte, sendo todo o preço de transação alocado a esta obrigação. Abordaremos mais a frente os casos em que o cliente também é usuário do Programa de fidelidade tudo azul e a respectiva tratativa para o mesmo.

b) Outras Receitas

A Companhia fornece diversos serviços adicionais que são prestados simultaneamente ao serviço de transporte de passageiros. Diante disso, o IFRS 15 nos traz a necessidade de avaliar os bens

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ou serviços prometidos em contrato com o cliente e identificar as obrigações de desempenho distintas, bem como, combinar dois ou mais contratos com o mesmo cliente caso atenda a objetivos similares. Entendemos que, possivelmente, será necessário a combinação de contratos referente a serviços adicionais, com o contrato de serviço de transporte aéreo o que acarretaria em mudanças na época e classificação dessas receitas.

Abaixo, trazemos uma breve descrição das principais receitas auxiliares existentes na Companhia e possíveis implicações:

- Taxa de Cancelamento e Reembolso: Refere-se a tarifa cobrada do passageiro pelo processamento do reembolso. O valor cobrado é diferente para cada classe tarifária.

Implicação: O reconhecimento desta receita ocorre no momento do processamento do reembolso, o que consideramos estar em linha com a nova norma.

- Taxa de No Show: Refere-se a taxa cobrada pela não comparecimento na data pré-estabelecida do voo.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Implicação: O reconhecimento desta receita ocorre no momento do processamento do reembolso, o que consideramos estar em linha com a nova norma.

- **Excesso de Bagagem:** Refere-se ao valor cobrado dos clientes pelo peso adicional das bagagens despachadas no voo.

Implicação: O reconhecimento da receita de excesso de bagagem ocorre no momento do *check-in*, sendo que na maioria dos casos é no mesmo dia da prestação de serviço de transporte aéreo. Para os valores adquiridos antecipadamente a data do serviço de transporte aéreo, efetuamos análise e constatamos que os valores são imateriais para alteração na época de reconhecimento.

- **Espaço Azul:** Refere-se ao valor cobrado dos clientes pela aquisição de espaço adicional entre as poltronas na aeronave.

Implicação: O espaço azul pode ser adquirido antecipadamente na compra da passagem aérea, porém, historicamente observamos que a grande maioria dessa receita é proveniente de serviços adquirido na mesma data do embarque. A Companhia irá avaliar mais detalhadamente se será necessário alterar a época de seu reconhecimento.

- **Taxa de Remarcação:** Refere-se a tarifa cobrada do passageiro pelo processamento da alteração do voo previamente adquirido.

Implicação: Como a expectativa do cliente no pagamento dessa taxa é a prestação do serviço de transporte em uma data que atenda aos seus interesses, entendemos que este valor deve ser reconhecida na data do voo.

Ademais, reforçamos que caso julgemos necessário a alteração na época, classificação ou alocação do preço de transação para a receita auxiliar a ser reconhecida, a Companhia possui as condições e parametrizações sistêmicas necessárias para tal mudança.

c) Programa de Fidelização

Na aquisição do serviço de transporte aéreo, o cliente que é usuário do programa de fidelidade da Companhia possui a expectativa de pontuar no programa e futuramente resgatar estes pontos em troca de bens ou serviços. Dessa maneira, entendemos que o acúmulo de pontos representa uma obrigação de desempenho distinta (componente) do transporte aéreo e consequentemente deverá ser alocado parte do preço de transação para satisfação do IFRS 15.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hoje, entendemos que esta segregação já é efetuada quando valorizamos os pontos gerados pelo seu valor justo. – O valor de mercado pelo qual o ponto é comercializado, ou seja, o seu preço de venda individual – sendo a receita reconhecida no momento da efetiva prestação de serviço (no transporte aéreo contratado através de pontos do programa de fidelidade).

O acúmulo de pontos pode se originar de 2 formas: pontos aéreos e pontos parceiros:

Pontos Aéreos – O acúmulo nesta modalidade ocorre através do serviço de transporte aéreo que gera automaticamente pontos do programa para os usuários ativos. Neste formato, o ponto é precificado pelo seu valor justo, baseado em valor de mercado de passagens aéreas comercializadas com agências de viagens com alto volume de transações, e o reconhecimento dessa receita acontece no seu resgate.

Pontos Parceiros – O acúmulo de pontos ocorre pela aquisição de pontos do programa de fidelidade da Companhia por parceiros comerciais que desejam disponibilizar tal benefício para os seus clientes finais. Neste formato, o ponto é precificado individualmente, de acordo com cada contrato firmado e o seu reconhecimento é idêntico ao do ponto aéreo.

Com base no exposto acima, a Companhia já possui um controle efetivo de seus contratos e os respectivos valores contratuais pelo os quais os seus parceiros são faturados mensalmente. Entendemos que a única obrigação vinculada seja a de transferência dos pontos. De qualquer maneira, com o intuito de nos resguardarmos quanto aos impactos da nova norma, contratamos uma consultoria especializada (início dos trabalhos fevereiro/março) para nos ajudar na revisão desses contratos e possíveis outros impactos.

c.1) Co-branded

De acordo com a IFRS 15, é necessário identificarmos e segregarmos os diferentes componentes (obrigação de desempenho) atrelados a prestação de serviço acordada e alocarmos o devido preço de transação para cada um. Em nossas análises, entendemos que as receitas auferidas por meio do acordo co-branded já se encontram segregadas em componentes distintos, o que atende a nova norma. Os elementos identificados são: receita proveniente do resgate de pontos e receita de marketing/ publicidade auferida pela cessão do direito de uso da nossa marca.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Receita de Cargas

A Companhia possui diversas modalidades relacionadas ao transporte de cargas com atuação no território nacional e internacional e uma carteira ampla de clientes. Para tanto, a Companhia efetuará uma análise individual de cada contrato para aplicar o IFRS 15. A Companhia estima que não haverá impactos significativos na adoção da norma visto que não esperamos encontrar obrigações de desempenho além do que o próprio transporte de carga, sendo o reconhecimento da receita efetuado na devida prestação de serviço (entrega da mercadoria) o que caracteriza a satisfação da obrigação de desempenho.

Adicionalmente, é sabido que não existe hegemonia de um cliente específico relacionado ao serviço de transporte de cargas da Companhia, o que possa caracterizar uma receita de leasing.

e) Receita Interline

O acordo interline permite reservar assentos em voos operados por outras companhias aéreas. Desse modo, é possível combinar voos com outras companhias aéreas parceiras para destinos distintos por meio de um único bilhete. Cada companhia aérea mantém seu próprio código em seus voos e as malhas passam a se complementar oferecendo maiores combinações de voos para os seus clientes.

Neste tipo de operação, é necessário verificarmos se a obrigação de desempenho é fornecer o serviço diretamente (principal) ou providenciar que outra parte forneça o serviço (agente). Assim, caso a Companhia seja a principal no contrato, a receita reconhecida é o valor bruto que a entidade espera receber como contraprestação. Quando agente, a receita a ser reconhecida é o valor líquido que a entidade tem o direito de receber pelos serviços como agente. Hoje, a Companhia já efetua as suas contabilizações de acordo com a nova regra, segregando a receita proveniente como principal e agente.

Em resumo, não esperamos que a receita interline sofra grandes impactos quando a IFRS 15 entrar em vigor.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exigências de apresentação e divulgação

A IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas que as atuais. As exigências estão significativamente relacionadas a uma maior desagregação das receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevam como a natureza, o valor, a época e a incerteza das receitas dos fluxos de caixa são afetados por fatores econômicos. Atualmente, a Companhia está avaliando os impactos que a nova regra trará as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com o intuito de atender as requisições da IFRS 15. De acordo com a nossa avaliação prévia, entendemos que os impactos mais significativos estão relacionados a apresentação de algumas contas do grupo de “Outras Receitas” que deverão passar a compor a linha de “Receita PAX”, e a abertura mais detalhada dos tipos de receita que a Companhia registra em sua demonstração contábil-financeira.

Prognóstico

Esperamos que até meados do ano de 2017, teremos de maneira concreta todos os efetivos impactos contábeis e elementos necessários para nos adequarmos a nova norma que entrará em vigor. Adicionalmente, frisamos que contaremos com o auxílio de uma consultoria que nos ajudará com a avaliação dos contratos existentes, mensuração dos montantes derivados da mudança e os elementos necessários para apresentação e divulgação em nossas demonstrações financeiras.

IFRS 16 - Arrendamentos

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS - 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 - Arrendamentos operacionais (Incentivos) e SIC-27 - Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento.

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso).

Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos por exemplo uma mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Com base em nossas análises preliminares, o impacto da IFRS 16 será sobre os contratos de arrendamento vigentes de aeronaves e motores “*sparers*” classificados pela IAS 17 como arrendamento operacional. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui 100 aeronaves e 16 motores classificados como arrendamento operacional.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado, em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração emitiu os seguintes julgamentos, que têm o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Classificação de arrendamento

Os arrendamentos operacionais ou financeiros foram classificados com base nos termos e condições dos contratos. Um arrendamento é reconhecido como financeiro quando os riscos e vantagens significativos da propriedade do ativo são transferidos, caso contrário, o contrato é contabilizado como um arrendamento operacional.

Estimativas e premissas

As premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas abaixo:

Breakage

É reconhecida antecipadamente a receita de passagens emitidas a qual espera que não ocorram a utilização com base em dados históricos e experiência nas operações. Estimar a quebra esperada requer que a administração faça julgamento, informando dentre outras coisas, na medida em que utiliza como base histórica. Frequentemente, os dados históricos são reavaliados e as respectivas melhorias feitas.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização que ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

É mensurado o custo de transações liquidadas com ações para executivos baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga ou em cada data de balanço, quando aplicável. A Companhia deve estimar a quantidade investida esperada, considerando o desempenho e não as condições de mercado. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos, e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 29.

Tributação

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia constituiu provisões com base em estimativas cabíveis para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera.

O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

Imposto diferido ativo é reconhecido para os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia tem apresentado perdas devido ao fato de que está em estágio inicial de desenvolvimento do seu plano de negócios. O saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não expiram e não podem ser utilizados para compensação com lucro tributável de uma empresa que não seja aquela que originou o saldo.

A compensação de prejuízos fiscais acumulados está limitada a um máximo de 30% do lucro tributável gerado em determinado ano fiscal.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É reconhecida provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 30).

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

Programa Tudo Azul - plano de fidelidade

Conforme descrito no tópico 3.17, a Companhia contabiliza os pontos gerados pelo programa Tudo Azul baseado no método da receita diferida. Por esse método, os pontos adquiridos são identificados como um componente das vendas em que foram gerados e uma receita diferida é reconhecida valorizando cada ponto pelo valor justo unitário. A receita diferida fica reconhecida até o momento em que os clientes resgatam seus pontos, ou quando eles expiram (Nota 18).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para devolução de aeronaves e motores

Para aeronaves sob arrendamento operacional, a Companhia está contratualmente obrigada a devolver o equipamento em um nível pré-definido de capacidade operacional. A Companhia reconhece uma provisão com base nos custos de retorno das aeronaves e motores, conforme previsto no contrato de arrendamento.

A provisão para devolução de aeronave é estimada com base nos gastos incorridos na reconfiguração das aeronaves (interior e exterior), de licenças, certificações técnicas, pinturas, entre outros, de acordo com as cláusulas contratuais de retorno.

A provisão para devolução dos motores é estimada com base em avaliação e condições contratuais mínimas nas quais o equipamento deve ser devolvido ao arrendador, considerando não só os custos históricos incorridos, mas também as condições do equipamento no momento da avaliação.

Determinação da vida útil e dos componentes significativos do ativo imobilizado

Os componentes significativos das aeronaves que devem ser segregados são os motores e suas respectivas manutenções pesadas programadas. Esses componentes são depreciados de acordo com a vida útil, definida no plano de renovação da frota e no cronograma de manutenção.

5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de			31 de dezembro de		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Caixa e depósitos bancários	24	1	2	156.915	141.891	69.442
Equivalentes de caixa						
Certificado de depósito bancário – CDB e Debentures	-	-	-	392.249	494.614	319.517
	24	1	2	549.164	636.505	388.959

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O montante total reconhecido como caixa e depósitos bancários está relacionado com contas correntes com as principais instituições financeiras brasileiras.

Em 31 de dezembro de 2016 os CDBs são remunerados a percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e são resgatáveis a qualquer momento.

6. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão descritas abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro			31 de dezembro		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Outras aplicações financeiras						
circulantes	-	-	-	193.782	338	13.185
Fundo de investimento	309	289	5.553	137.428	29.515	486.646
	309	289	5.553	331.210	29.853	499.831

Os fundos de investimento são representados por títulos governamentais, notas bancárias, CDBs, denominados em reais e junto a instituições financeiras, e debentures emitidas por empresas com classificação de risco B e BB+, com taxas médias de juros acumuladas de 100% do CDI. Os títulos governamentais brasileiros compreendem Letras do Tesouro Nacional ("LTN"), Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN").

7. Aplicações financeiras vinculadas

Aplicações financeiras vinculadas estão representadas por depósitos de garantia vinculados a nossos empréstimos (FINEM para aquisição de aeronaves, motores e equipamentos) requerido por certas instituições financeiras, as quais foram aplicadas em CDBs pós-fixados e em operações compromissadas DI – "Investimentos vinculados à taxa de juros do Depósito Interbancário". A remuneração dessas aplicações varia entre 98,0% até 101,5% do CDI.

8. Contas a receber, líquido

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Cartões de crédito	457.719	470.986	440.851
Faturamento de agências	73.143	85.410	70.898
Outras contas a receber	147.752	102.080	147.357
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.339)	(8.068)	(5.020)
	673.275	650.408	654.086

As vendas realizadas através de cartão de crédito são recebíveis junto às administradoras em parcelas de até doze meses. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo das parcelas a receber com prazo superior a 60 dias é de R\$353.907 (31 de dezembro de 2015 - R\$343.175 e 31 de dezembro de 2014 - R\$353.907). O prazo médio de recebimento era de 32 dias (31 de dezembro de 2015 – 32 e 31 de dezembro de 2014 -

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35). Geralmente, sobre as vendas parceladas com prazo de recebimento superior a dez meses. A Companhia realizou antecipação de recebíveis através dos saldos de contas a receber junto às operadoras de cartões de crédito, a fim de obter recursos destinados ao capital de giro. Em 2015, a Companhia antecipou recebíveis de cartão de crédito com o valor bruto de R\$4.717.376 (31 de dezembro de 2015 - R\$3.928.393 e 31 de dezembro de 2014 - R\$3.208.931) e recebeu o montante líquido de R\$4.619.707 (Em 2015 – R\$3.855.057 e em 2014 - R\$3.163.209). Os descontos dos custos de juros são reconhecidos no período de competência, na rubrica despesas financeiras. A antecipação de recebíveis junto às operadoras de cartão de crédito apresenta baixo risco de crédito, sendo assim a Companhia foi capaz de transferir esses recebíveis sem nenhum risco para a Companhia, caso não ocorra o pagamento por parte do cliente. Sendo assim o contas a receber foi desreconhecido na íntegra e os descontos dos custos de juros, no montante de R\$97.669 reconhecido na demonstração do resultado durante o ano de 2016 (31 de dezembro de 2015 - R\$73.336 e 31 de dezembro de 2014 - R\$45.722).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia realizou antecipação de recebíveis junto a agências de turismo no montante bruto de R\$129.274 (Em 2014 - R\$85.957) e recebeu o montante líquido de R\$128.398 (Em 2014 - R\$85.468). Os descontos dos custos de juros são reconhecidos no período de competência, sob a rubrica despesas financeiras. Caso não haja o pagamento de qualquer agência, o risco é da Companhia.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$41.300 (Em 31 de dezembro de 2014 – R\$0) foi reconhecido na rubrica “Empréstimos e financiamentos” e o contas a receber relacionado não foi desreconhecido. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não realizou antecipações de recebíveis com agências de turismo.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa são:

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Saldo no início do exercício	8.068	5.020	4.829
Adições	1.554	4.250	2.111
Recuperações	(4.283)	(1.202)	(1.920)
Saldo no final do exercício	5.339	8.068	5.020

O total de contas a receber não vencidas é de R\$668.623 e o saldo de contas a receber vencidos até 90 dias totalizam R\$4.652 em 31 de dezembro de 2016. Os valores vencidos acima de 90 dias totalizam R\$5.339 para os quais foi constituída provisão.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Estoques

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Peças e materiais de manutenção	123.089	105.686	102.475
Uniformes	2.906	2.759	2.938
Provisão para obsolescência	(18.893)	(15.999)	(17.316)
	107.102	92.446	88.097

10. Despesas antecipadas

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Prêmios de seguros	23.955	29.973	26.438
Gastos com arrendamentos de aeronaves e motores	37.887	149.028	98.473
Outros gastos antecipados	42.566	41.398	25.458
	104.408	220.399	150.369
Não circulante	6.907	113.128	66.197
Circulante	97.501	107.271	84.172

As antecipações de arrendamento de aeronaves e motores estão sendo apropriadas ao resultado de forma linear durante o prazo do contrato. Durante o exercício de 2016, a Companhia alterou determinados termos dos contratos de arrendamento de seis aeronaves, anteriormente classificados como arrendamentos operacionais. Tais alterações resultaram na classificação dos contratos como arrendamentos financeiros e, portanto, o montante de R\$75.536 foi reclassificado para a rubrica "Imobilizado".

11. Partes relacionadas

a) Transações e saldos - controladora

As transações com partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços, prazos e encargos financeiros, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. Tais operações incluem, dentre outros aspectos, contratos de serviços compartilhados e contratos de mútuo, detalhadas a seguir:

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31 de Dezembro de 2016		Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	
		Ativo		Passivo	Resultado
		Contas a receber	Mútuos ativos	Contas a pagar	Mútuos passivos
					Receitas
					Despesas (*)
ASA com ALAB		43.027	-	36.903	9.362
ASA com Investidor		-	9.180	-	-
		31 de Dezembro de 2015		Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	
		Ativo		Passivo	Resultado
		Contas a receber	Mútuos ativos	Contas a pagar	Mútuos passivos
					Receitas
					Despesas
ASA com ALAB		80.408	-	3.187	2.779
		31 de Dezembro de 2014		Exercício findo em 31 de dezembro de 2014	
		Ativo		Passivo	Resultado
		Contas a receber	Mútuos ativos	Contas a pagar	Mútuos passivos
					Receitas
					Despesas
ASA com ALAB		80.408	-	3.115	22.617

(*) Inclui juros de mútuo entre ALAB e ASA no montante de R\$421 registrados sob a rubrica "Resultado de transações com partes relacionadas, líquido".

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As pessoas-chave da Administração incluem os conselheiros, diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração e os encargos pagos ou a pagar por serviços estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		
	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Salários e encargos	28.335	27.124	27.007
Bônus a executivos	6.225	6.105	10.210
	34.560	33.229	37.217

Os executivos da Companhia participam do plano de remuneração com base em ações e plano de unidade de ações restritas (Nota 29). Em 31 de dezembro de 2016, esses executivos possuíam cerca de 3.320.712 (31 de dezembro de 2015 - 2.982.937 e 31 de dezembro de 2014 - 2.443.564) em opções "outorgadas". A despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$11.633 (31 de dezembro de 2015 - R\$6.462 e 31 de dezembro de 2014 - R\$8.749).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Garantias e avais concedidos pela controladora

Para as operações de financiamento de aeronaves e de arrendamento mercantil contratadas pelas empresas controladas, foram concedidos avais e/ou fianças pela controladora e/ou seus acionistas controladores.

A Companhia concedeu garantias para alugar imóveis para alguns de seus executivos e o total envolvido não é significativo.

d) Prestação de serviços

A Companhia mantém contratos com a Águia Branca Participações S/A, empresa que controlava anteriormente a Tudo Azul (antiga TRIP), e atual acionista da Companhia, para prestação dos serviços de compartilhamento de recursos de tecnologia da informação, por tempo indeterminado. Os valores devidos são calculados com base na utilização dos serviços. O montante pago durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$31 (31 de dezembro de 2015 - R\$311 e 31 de dezembro de 2014 - R\$535). A Companhia também mantém contrato para a venda de passagens aéreas. O montante recebido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$54 (31 de dezembro de 2015 - R\$108 e 31 de dezembro de 2014 - R\$0).

e) Contrato de mútuo

Em 02 de setembro de 2016 a Companhia assinou um contrato de mútuo com um acionista no montante de US\$2.790 mil (31 de dezembro de 2016 - R\$9.180). Os juros correspondem a LIBOR mais taxa de 2,3% ao ano com vencimento em 2019.

f) Transações com a TAP

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou algumas transações com a TAP, detalhadas a seguir:

i. Sub-arrendamento de aeronaves

Em março de 2016, a Companhia sub-arrendou quinze aeronaves à sua parte relacionada TAP. Para esses subarrendamentos, a Companhia reconheceu na demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (i) R\$76.953 na rubrica "Outras receitas" representando o valor recebido da TAP; e, (ii) R\$93.390 na rubrica "Arrendamento mercantil de aeronaves e outros", representando o valor dos pagamentos de aluguel que a Companhia desembolsou aos arrendadores de acordo com os contratos originais.

Adicionalmente, sete dos quinze contratos de arrendamento foram executados em um momento em que o preço do aluguel no mercado de aeronaves era menor do que quando os contratos de arrendamento originais foram executados. Como resultado, a Companhia receberá da TAP um valor inferior ao ser pago aos respectivos arrendadores. Essa diferença, considerando o prazo total dos contratos de sub-arrendamento descontado a seu valor presente líquido totaliza R\$126.006, e

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

foi registrada como provisão para as obrigações de contrato oneroso, conforme requerido pela IAS 37 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Tal valor foi registrado na rubrica "Resultado da transação com partes relacionadas, líquido" na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2016, por representar o prejuízo realizado entre uma parte relacionada e a Companhia.

ii. Bonds TAP

Conforme explicado na Nota 1 b) iii., em 14 de março, 2016, a Companhia adquiriu Bonds TAP. Esses títulos foram classificados na rubrica "Aplicação financeira não circulante" no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016. As mudanças no valor justo dos Bonds TAP e da opção são registradas na rubrica "Resultado de transações com partes relacionadas, líquido", na demonstração do resultado, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi um ganho de R\$289.051, líquido da conversão da opção dos Bonds TAP de R\$154.361 (Nota 22).

12. Depósitos em garantia e reservas de manutenção

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Depósitos em garantia	219.772	298.618	233.309
Reserva de manutenção	858.233	917.091	541.078
	1.078.005	1.215.709	774.387

Os depósitos em garantia e reservas de manutenção são denominados em dólares norte-americanos e atualizados através das oscilações cambiais.

Os depósitos em garantia são pagos no início dos contratos de arrendamentos operacionais de aeronaves e servem para garantir a operação junto aos arrendadores. Os depósitos em garantia serão restituídos à Companhia no final do contrato quando as aeronaves são devolvidas aos arrendadores.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de arrendamento preveem que devem ser realizados os depósitos de manutenção das aeronaves arrendadas, e estes deverão ser mantidos como garantia até da realização das manutenções. Esses contratos de arrendamento preveem que as reservas de manutenção são reembolsáveis após a conclusão do evento de manutenção em um montante igual ou menor que: (1) o montante da reserva de manutenção realizada pelo arrendador associado com o evento de manutenção específica ou (2) dos custos relacionados com o evento de manutenção. Substancialmente, todos estes pagamentos de reserva de manutenção são calculados com base em uma medida de utilização, tais como: horas de voo e/ou ciclos e são utilizados exclusivamente como garantia ao arrendador da efetiva realização da manutenção.

No início do arrendamento e em cada data de balanço, é avaliado se os pagamentos de reservas de manutenção exigidas são substanciais e contratualmente relacionados com a manutenção do bem arrendado. A recuperação dos valores atualmente contabilizados como depósito é avaliada com base em uma comparação dos valores que se espera que sejam reembolsados no momento do evento da próxima manutenção, e valores não recuperáveis são reconhecidos como custos.

Em 31 de dezembro de 2016, os depósitos referentes às reservas de manutenção serão provavelmente reembolsados pois são menores ou iguais do que o custo esperado do próximo evento de manutenção relacionado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu a baixa de R\$4.037 (31 de dezembro de 2015 - R\$9.915 e 31 de dezembro de 2014 - R\$7.819) referente aos depósitos que provavelmente não serão devolvidos pelo arrendador.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia trocou alguns dos depósitos em garantia e reserva de manutenção por garantias bancárias e foi reembolsada nos montantes de R\$21.120 e R\$62.615, respectivamente.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentações do saldo da reserva de manutenção e depósito em garantia a seguir:

	Consolidado		
	Reserva de manutenção	Depósito em garantia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	352.936	148.395	501.331
Adições	148.963	80.768	229.731
Baixas	(7.819)	-	(7.819)
Reembolsos	(15.725)	(23.592)	(39.317)
Variações cambiais	62.723	27.738	90.461
Saldos em 31 de dezembro de 2014	541.078	233.309	774.387
Adições	273.688	60.509	334.197
Baixas	(9.915)	-	(9.915)
Reembolsos	(152.232)	(97.572)	(249.804)
Variações cambiais	264.472	102.372	366.844
Saldos em 31 de dezembro de 2015	917.091	298.618	1.215.709
Adições	298.327	60.282	358.609
Recebimentos de sub-arrendamento (*)	-	(28.813)	(28.813)
Baixas	(4.037)	(7.461)	(11.498)
Reembolsos	(199.655)	(61.215)	(260.870)
Variações cambiais	(153.493)	(41.639)	(195.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	858.233	219.772	1.078.005

(*) Refere-se ao valor recebido da TAP relacionado aos depósitos em garantia do sub-arrendamento de aeronaves.

13. Investimentos

a) Informações sobre investimentos, controladora

	Ações possuídas pela Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo)
	Ordinárias	No capital social Integralizado (%)	No capital votante (%)		
Em 31 de dezembro de 2014					
ALAB	260.809.600	100	100	(296.039)	80.571
Canela	n/a	100	100	(52.635)	(71.520)
Tudo Azul	80.542.264	100	100	(77.535)	6.511
Em 31 de dezembro de 2015					
ALAB	260.809.600	100	100	(830.317)	(754.596)
Canela	n/a	100	100	(319.480)	(264.669)
Tudo Azul	80.542.264	100	100	(73.430)	4.105
Em 31 de dezembro de 2016					
ALAB	260.809.600	100	100	(282.767)	(549.064)
Canela	n/a	100	100	(31.227)	285.111
Tudo Azul	80.542.264	100	100	(49.263)	24.167

b) Movimentação dos investimentos, controladora

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	ALAB	Canela	Tudo Azul (antiga TRIP) (**)	Total dos investimentos (***)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(85.777)	17.725	569.978	501.926
Resultado de equivalência patrimonial	80.571	(71.520)	6.511	15.562
Resultado de equivalência patrimonial - ajustado (*)	-	-	(54.701)	(54.701)
Cisão parcial da Tudo Azul (antiga TRIP)	(294.724)	-	294.724	-
Reserva com base em ações da controlada	6.213	-	-	6.213
Hedge de fluxo de caixa	(2.322)	1.160	-	(1.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(296.039)	(52.635)	816.512	467.838
Resultado de equivalência patrimonial	(754.596)	(264.669)	4.105	(1.015.160)
Resultado de equivalência patrimonial - ajustado (*)	-	-	(3.167)	(3.167)
Lucro não realizado	-	(8.104)	-	(8.104)
Aumento de capital	273.000	-	-	273.000
Reserva com base em ações da controlada	9.830	-	-	9.830
Hedge de fluxo de caixa	(62.512)	5.928	-	(56.584)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(830.317)	(319.480)	817.450	(332.347)
Resultado de equivalência patrimonial	(549.064)	285.111	24.167	(239.786)
Resultado de equivalência patrimonial - ajustado (*)	-	-	(54.518)	(54.518)
Lucro não realizado	-	1.638	-	1.638
Oferta privada – investimento	127.595	-	-	127.595
Aumento de capital	901.660	-	-	901.660
Reserva com base em ações da controlada	9.879	-	-	9.879
Hedge de fluxo de caixa	57.480	1.504	-	58.984
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(282.767)	(31.227)	787.099	473.105

(*) Refere-se à amortização do valor justo decorrente da aquisição da Tudo Azul (antiga TRIP), bem como valores reembolsáveis pelos antigos acionistas, referente a eventos anteriores à aquisição.

(**) Inclui o ágio por expectativa de rentabilidade futura originado da aquisição do Tudo Azul (antiga TRIP) em 2012, no montante de R\$753.502 (vide Nota 15), o qual representa a contraprestação transferida, menos o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, líquidos.

(***) Saldo líquido da perda com investimento nas controladas.

14. Imobilizado

O imobilizado é composto, principalmente, por “aeronaves e motores” e equipamentos de aeronaves. O saldo registrado na linha “aeronaves e motores” referem-se a aeronaves próprias e a capitalização da manutenção pesada relacionada as aeronaves próprias.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou transações de “*sale and leaseback*” de algumas aeronaves próprias. O valor residual das aeronaves na data da transação era de R\$313.678 e o preço de venda foi de R\$365.599. Todas as aeronaves foram posteriormente arrendadas para a Companhia através de arrendamento operacional. O ganho relacionado às aeronaves da operação de “*sale and leaseback*” de R\$51.921 foi reconhecido na rubrica “Outras despesas operacionais, liquidas”. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia vendeu algumas aeronaves próprias por R\$303.680. O valor líquido contábil das aeronaves na data da transação era de R\$248.956. O ganho relacionado a venda das aeronaves de R\$54.724 foi reconhecido na rubrica “Outras despesas operacionais, liquidas”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia vendeu alguns motores próprias por R\$53.729. O valor líquido contábil dos motores na data da transação era de R\$37.724. O ganho

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

relacionado a venda das aeronaves de R\$16.005 foi reconhecido na rubrica “Outras despesas operacionais, liquidas”.

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia alterou determinados termos dos contratos de arrendamento de aeronaves, anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, para arrendamento financeiro. O impacto da operação nas demonstrações financeiras foi o aumento de R\$449.800 nas linhas “aeronaves e motores” com uma entrada correspondente em “empréstimos e financiamentos”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou transações de “*sale and leaseback*”. Algumas destas aeronaves eram de propriedade da Companhia e adquiridas com recursos próprios, outras através de arrendamento financeiro que foram cancelados como parte das transações. O valor residual das aeronaves na data da transação era de R\$679.854 e o preço de venda era R\$967.938. Todas as aeronaves foram posteriormente arrendadas para Companhia através de arrendamento financeiro e operacional.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o ganho relacionado às operações de “*sale and leaseback*” readquiridas cuja transação resultou em arrendamento financeiro, no montante de R\$212.805 foi reconhecido na rubrica “Outros passivos” e será amortizado no resultado ao longo do contrato de arrendamento, pelo prazo médio de 82 meses. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o ganho, relacionado às aeronaves da cuja transação de “*sale and leaseback*” resultou em arrendamento operacional, no montante de R\$75.279 (31 de dezembro de 2014 - R\$23.378) foi reconhecido como crédito na rubrica “Outras despesas operacionais, liquida”.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Composição

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
	Depreciação				
	Custo	acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Edificações e benfeitorias	97.324	(29.928)	67.396	41.298	37.973
Equipamentos e instalações	95.220	(54.228)	40.992	38.571	34.391
Veículos	2.559	(2.381)	178	368	657
Móveis e utensílios	15.722	(7.129)	8.593	9.074	9.030
Equipamentos de aeronaves	740.900	(193.294)	547.606	460.958	356.298
Aeronaves e motores	3.016.934	(390.471)	2.626.463	2.907.438	1.979.944
Pagamentos antecipados para aquisição de aeronaves	100.446	-	100.446	77.254	63.339
Imobilizado em andamento	48.306	-	48.306	18.033	15.981
	4.117.411	(677.431)	3.439.980	3.552.994	2.497.613

b) As movimentações no custo e na depreciação acumulada são:

	Consolidado					
	Custo					
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	Aquisições	Baixas	Transferências	31 de dezembro de 2016
Edificações e benfeitorias	48.591	61.306	34.748	(32)	1.302	97.324
Equipamentos e instalações	67.670	81.740	13.552	(72)	-	95.220
Veículos	2.624	2.624	-	(65)	-	2.559
Móveis e utensílios	13.316	14.714	1.009	(1)	-	15.722
Equipamentos de aeronaves	451.963	599.598	154.751	(13.449)	-	740.900
Aeronaves e motores	2.530.246	3.305.789	547.023	(835.878)	-	3.016.934
Pagamentos antecipados para aquisição de aeronaves	63.339	77.254	53.692	(30.500)	-	100.446
Imobilizado em andamento	15.981	18.033	34.920	(3.345)	(1.302)	48.306
	3.193.730	4.161.058	839.695	(883.342)	-	4.117.411

	Consolidado					
	Depreciação acumulada					
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	Depreciações	Baixas	Transferências	31 de dezembro de 2016
Edificações e benfeitorias	(10.618)	(20.008)	(9.920)	-	-	(29.928)
Equipamentos e instalações	(33.279)	(43.169)	(11.091)	32	-	(54.228)
Veículos	(1.967)	(2.256)	(185)	60	-	(2.381)
Móveis e utensílios	(4.286)	(5.640)	(1.489)	-	-	(7.129)
Equipamentos de aeronaves	(95.665)	(138.640)	(58.384)	3.730	-	(193.294)
Aeronaves e motores	(550.302)	(398.351)	(183.140)	191.020	-	(390.471)
	(696.117)	(608.064)	(264.209)	194.842	-	(677.431)

Para as aeronaves próprias, a Companhia adota o método de custo diferido, que consiste em capitalizar no ativo imobilizado, o custo com as manutenções pesadas. Por esse método, são atribuídos ao componente de custo de manutenção de motores à despesa de depreciação linear até a próxima manutenção.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A manutenção pesada para aeronaves mantidas sob arrendamento operacional é reconhecida como despesa quando incorrida, e registrada na rubrica "Materiais de manutenção e reparo".

A estimativa do momento da próxima manutenção pesada de cada aeronave é efetuada com base no prazo médio de remoção dos motores e sugestões dos fabricantes dos motores, que poderão ser alterados de acordo com a utilização de cada motor ou sugestões de intervalo para realização das manutenções sugeridas pelos fabricantes dos motores. Adicionalmente, a estimativa poderá ser afetada por eventos não programados que podem danificar os componentes da aeronave e exigiria um evento de manutenção pesada antes da manutenção programada.

A amortização dos custos de manutenção pesada, contabilizadas de acordo com o método de custo diferido e as despesas efetivamente incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, representando o total de despesas com manutenção e reparo, são como segue:

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Amortização dos custos com manutenção	(51.462)	(32.191)	(43.850)
Materiais de manutenção e reparo	(708.739)	(643.897)	(353.339)
	(760.201)	(676.088)	(397.189)

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Companhia realizou análise de *impairment* e não foi identificado nenhum indicativo de ajuste a valor recuperável.

15. Intangível

a) Composição

	Consolidado				
	31 de dezembro de				
	2016		2015	2014	
Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i)	753.502	-	753.502	753.502	753.502
Licença de operação em aeroportos (ii)	82.196	-	82.196	82.196	82.196
Software	201.607	(94.689)	106.918	87.604	54.941
	1.037.305	(94.689)	942.616	923.302	890.639

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) As movimentações no custo e na amortização acumulada são como segue:

	Consolidado					31 de dezembro de 2016
	Custo					
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	Aquisições	Baixas	Transferência	
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i)	753.502	753.502	-	-	-	753.502
Licença de operação em aeroportos (ii)	82.196	82.196	-	-	-	82.196
Software	92.636	145.301	56.308	(2)	-	201.607
	928.334	980.999	56.308	(2)	-	1.037.305

	Consolidado					31 de dezembro de 2016
	Amortização Acumulada					
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	Amortização do ano	Baixas	Transferência	
Software	(37.695)	(57.697)	(36.992)	-	-	(94.689)
	(37.695)	(57.697)	(36.992)	-	-	(94.689)

(i) O ágio por expectativa de rentabilidade futura contabilizado é originado da aquisição do Tudo Azul (antiga TRIP) em 2012. O montante de R\$753.502 representa a contraprestação transferida, menos o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, líquidos.

(ii) Como parte da alocação do preço de compra da aquisição da Tudo Azul (antiga TRIP), a Companhia reconheceu o valor das licenças de exploração de determinados aeroportos e tem vida útil indefinida.

Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura e licenças de operação em aeroportos

Ágio decorrente de aquisição da Tudo Azul (antiga TRIP)

A Companhia realizou testes anuais de perda ao valor recuperável em dezembro de 2016, 2015 e 2014, a qual avaliou que o método mais adequado para estimar o valor recuperável da única UGC da Companhia é a metodologia de fluxo de caixa descontado.

As premissas utilizadas nos testes de perdas ao valor recuperável do ágio e outros ativos intangíveis são consistentes com os planos operacionais e as projeções internas da Companhia, elaboradas por um período de cinco anos e após cinco anos presume-se uma taxa de perpetuidade de crescimento das projeções operacionais, tanto as premissas quanto as projeções são revistos e aprovados pela administração.

Foram levadas em consideração as seguintes premissas:

- Percentuais de crescimento da receita proveniente da venda de passagens, alinhados ao plano de negócios da Companhia;
- Projeções dos custos operacionais considerando o crescimento da operação e variáveis macroeconômicas;
- Necessidades de investimento alinhadas ao plano de negócios da Companhia;

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 16,3% a.a.;
- A taxa de perpetuidade de crescimento (terminal) utilizada pela Companhia foi de 2,4% a 4,4%.

A Companhia também considerou variáveis de mercado, como o PIB – Produto Interno Bruto (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: Agência Nacional do Petróleo - ANP) e taxas de juros (fonte: *Bloomberg*).

O resultado do teste de *impairment* que inclui uma análise de sensibilidade das principais variáveis, demonstrou que o valor recuperável estimado é maior que o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa e, portanto, não foi identificado nenhum ajuste a valor recuperável em 31 de dezembro de 2016.

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

	Consolidado		
	Exercícios findos em		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	17.666	(1.077.425)	(87.464)
Taxas de tributos aplicáveis aos lucros	34%	34%	34%
Impostos calculados às alíquotas nominais	(6.006)	366.325	29.738
Efeitos fiscais			
Tributação do lucro de subsidiárias no exterior	(14.096)	(1.730)	(12.237)
Diferença de tributação nas subsidiárias no exterior	91.014	(75.003)	(24.317)
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias não reconhecidas (*)	(212.958)	(280.261)	23.130
Diferenças permanentes	(2.491)	(4.056)	6.692
Outros	557	(2.755)	(582)
	(143.980)	2.520	22.424
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.731	(1.366)	(4.368)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(152.711)	3.886	26.792
	(143.980)	2.520	22.424

(*) Refere-se aos ativos diferidos não registrados sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, por exemplo: prejuízos fiscais registrados em subsidiárias, provisões e suas reversões e ajustes relacionados a *leasing* financeiro, depreciação de aeronaves e motores, e ajustes a valor justo de combinação de negócios.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		
	31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social diferidos			
Diferenças temporárias			
Provisão para devolução de aeronaves e motores	-	19.529	10.166
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.579	28.781	25.370
Receita diferida Programa Tudo Azul	(67.617)	(26.068)	(10.665)
Leasing de aeronaves	(201.120)	(52.558)	(77.692)
Tarifa de navegação (discussão judicial)	-	-	61.635
Depreciação de aeronaves e motores	79.422	41.767	20.440
Variação cambial	(105.428)	(133.943)	(38.210)
Ganho diferido referente a venda de aeronaves	59.307	67.863	-
Hedge de fluxo de caixa	17.445	-	-
Valor justo dos Bonds TAP	(92.708)	-	-
Provisão para contrato oneroso	39.322	-	-
Instrumentos financeiros	1.220	49.499	(9.268)
Outros	30.208	(1.371)	(9.915)
Imposto de renda e contribuição social passivo	(219.370)	(6.501)	(28.139)
Imposto de renda diferido de combinação de negócios sobre			
Valor justo de aeronaves	(459)	(8.799)	(7.104)
Valor justo de slots	(27.947)	(27.947)	(27.947)
Combinação de negócios	(5.846)	(9.451)	(15.032)
Impostos de renda e contribuição social diferidos passivo	(34.252)	(46.197)	(50.083)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	(253.622)	(52.698)	(78.222)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo reconhecido	72.160	6.501	28.139
Total	(181.462)	(46.197)	(50.083)

A Companhia compensa ativos e passivos tributários se, e somente se, tiver um direito legal de compensar ativos e passivos tributários correntes e ativos e passivos tributários diferidos relacionados com tributos sobre a renda arrecadados pela mesma autoridade fiscal.

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Companhia possui prejuízos fiscais que estão disponíveis indefinidamente para compensação com lucros tributáveis futuros, como segue:

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Prejuízos fiscais de imposto de renda	563.612	410.723	220.181
Bases negativas de contribuição social	202.900	147.860	79.265

Os ativos fiscais diferidos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não foram reconhecidos em decorrência de não haver evidência de recuperação no futuro próximo, exceto para R\$72.160, relacionados ao limite previsto pela lei tributária de 30% do saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, reconhecido em 31 de dezembro de 2016.

17. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Empréstimos	2.848.285	3.628.289	2.239.745
Debêntures	1.186.210	1.182.656	1.019.439
	4.034.495	4.810.945	3.259.184
Não circulante	3.049.257	3.561.642	2.691.577
Circulante	985.238	1.249.303	567.607

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.1. Empréstimos

	Garantias	Encargos financeiros	Formas de pagamento	Vencimento final	
Em moeda estrangeira - US\$					
Compra de aeronave	Alienação fiduciária	LIBOR + "spread" de 1,75% até 4,92% a.a.	Pagamento mensal, trimestral e semestral	03/2025	51
Arrendamento financeiro	Alienação fiduciária	LIBOR + "spread" de 2,05% a 5,50% a.a.	Pagamento mensal, trimestral e semestral	12/2027	1.25
Capital de giro	Garantia de recebíveis e aplicações em garantia da Azul	LIBOR + taxa fixa de 2,72% até 7,80% a.a.	Pagamento mensal, trimestral, semestral e único	12/2018	35
FINIMP	Carta de crédito	5,4% a.a.	Pagamento único	11/2017	2
Outros	Alienação fiduciária	LIBOR + "spread" de 7,25% a.a.	Pagamento mensal e trimestral	-	
Em moeda nacional - R\$					
Compra de aeronave (FINEM, FINAME)	Investimentos e alienação fiduciária de aeronave	Taxa fixa de 2,50% até 6,50 a.a.	Pagamento mensal	05/2025	37
Capital de giro	Garantia de recebíveis da Azul	Taxa fixa de 5,0% a.a até 135% do CDI	Pagamento mensal, mensal após período de carência de 20 meses, semestral e único	07/2021	32
Arrendamento financeiro	Alienação fiduciária	CDI + "spread" de 3.87% a.a.	Pagamento semestral	04/2019	1
Outros	Nenhuma	-	-	-	
Total em R\$					2.84
Passivo circulante					74
Passivo não circulante					2.10

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Os montantes não circulantes têm o seguinte vencimento:

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
2016	-	-	424.407
2017	-	407.721	225.664
2018	629.644	377.311	210.384
2019	337.657	372.463	201.448
2020	330.894	365.454	321.265
2021	263.793	281.222	160.633
Após 2021	545.601	717.801	160.633
	2.107.589	2.521.972	1.704.434

b) Em garantia dos empréstimos, foram oferecidos os seguintes ativos

	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Imobilizado (valor líquido) em garantia	2.626.463	2.907.438	1.979.944

17.2. Debêntures

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Circulante	244.542	142.986	32.296
Não circulante	941.668	1.039.670	987.143
	1.186.210	1.182.656	1.019.439

17.2.1. Quinta emissão

Em AGE realizada em 15 de setembro de 2014, a Companhia aprovou a emissão da quinta distribuição pública das debêntures simples, não conversíveis em ações.

Em 19 de setembro de 2014, a Companhia concluiu a oferta de 100.000 debêntures simples de série única, com valor principal de R\$1.000.000. As debêntures têm vencimento em 19 de setembro de 2019 e pagamento do principal a ser realizado em cinco parcelas semestrais, sendo a primeira com vencimento em 19 de setembro de 2017. Os juros são pagos semestralmente a partir de 19 de março de 2015.

Os juros são de 127% do CDI ao ano. Em 31 de dezembro de 2016, a taxa efetiva de juros foi de 14,2% ao ano e o saldo desta debenture era de R\$ R\$1.038.285.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.2.2. Sétima emissão

Em AGE realizada em 01 de dezembro de 2016, a Companhia aprovou a emissão da sexta distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações.

Em 19 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a oferta de 15.000 debêntures simples de série única, com valor principal de R\$150.000, com vencimento em 19 de dezembro de 2018 e com pagamento do principal a ser realizado trimestralmente a partir de 19 de junho de 2017 e pagamento trimestral dos juros a partir de 19 de março de 2017. Recebíveis de cartões de crédito foram utilizados como garantia das debêntures. Em 2016, a Companhia liquidou antecipadamente o saldo remanescente da sexta emissão no montante de R\$58.791.

Os juros são de CDI mais taxa fixa de 2,85% ao ano. Em 31 de dezembro de 2016, a taxa efetiva de juros foi de 13,9% ao ano e o saldo desta debenture era de R\$147.925.

Os montantes classificados como não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
2017	-	245.815	193.143
2018	470.377	396.489	396.571
2019	471.291	397.366	397.429
	941.668	1.039.670	987.143

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.3. Arrendamentos financeiros

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos financeiros são os seguintes:

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
2015		-	2.598
2016	-	210.725	2.584
2017	222.344	207.920	2.735
2018	199.851	197.174	2.892
2019	198.767	196.114	2.003
2020	205.317	203.351	-
2021	152.596	130.266	-
Posterior a 2021	331.789	381.872	-
Pagamento mínimo de arrendamento	1.310.664	1.527.422	12.812
Encargos financeiros	(47.930)	(223.856)	(1.525)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento	1.262.734	1.303.566	11.287
Circulante	214.191	179.827	2.295
Não circulante	1.048.543	1.123.739	8.992

Os arrendamentos de aeronaves, os quais a Companhia possui substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Os ativos referentes aos arrendamentos financeiros são capitalizados pelo valor presente dos pagamentos mínimos.

17.4 Cláusulas restritivas “covenants”

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos no valor total de R\$1.687.530 que estavam sujeitos a cláusulas e restrições contratuais relacionadas ao nível de endividamento da Companhia e a cobertura dos pagamentos de dívidas.

A principal cláusula restritiva (“covenants”) é relativa a 5ª emissão de debêntures com a instituição financeira Banco do Brasil S/A, cujo cálculo destes indicadores é mensurado anualmente. Os indicadores analisados para a mensuração das restrições são: (i) índice de cobertura do serviço da dívida ajustado (ICSD) igual ou superior a 1.0 (ii) alavancagem financeira menor ou igual a 6.0. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia encontra-se em conformidade com as cláusulas contratuais restritivas relacionadas a esta debênture.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não estava em conformidade com os covenants relacionados a arrendamentos de dez aeronaves ATRs, financiadas pelo Deutsche Bank e Santander, com suporte das agências de crédito à exportação e financiamentos Sace e Coface. A Companhia obteve renúncias escritas ("waivers").

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não estava em conformidade com os covenants relacionados a uma aeronave financiada pelo Banco do Brasil. A Companhia obteve renúncias escritas ("waivers") em janeiro de 2017. O saldo em aberto do financiamento desta aeronave era de R\$ 95.411 e foi reclassificado do longo para o curto prazo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, conforme o IAS 1 (CPC 26) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

18. Transportes a executar

Transportes a executar é composto pelo seguinte:

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Transportes a executar	640.474	638.492	560.762
Programa Tudo Azul	308.886	239.358	270.917
	949.360	877.850	831.679

19. Provisão para devolução de aeronaves e motores

Em 01 de junho de 2016, a Companhia alterou sua estimativa de provisão para devolução de aeronaves e motores, de acordo com o estabelecido no CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros, por acreditar que os custos de devolução se tornam prováveis, e portanto estimados com maior precisão próximos da data de devolução, baseado no histórico de utilização e perspectivas de condições de devoluções das aeronaves. Desta forma, a provisão continua sendo registrada com base nos mesmos custos estimáveis, mas passando a ser constituída após a realização da última manutenção pesada de cada aeronave ocorrida, antes de sua devolução, ou seja, durante o último ciclo de operação após a última manutenção pesada. A Administração continuará monitorando e aplicando a estimativa de forma consistente. Como resultado, em 30 de junho de 2016 a Companhia ajustou a provisão e reverteu o montante de R\$57.739, da rubrica "Arrendamento mercantil de aeronaves e outros" na demonstração do resultado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido (Reapresentado)

a) Emissão de ações, todas nominativas e sem valor nominal, e capital autorizado

	Capital social - R\$	Ações Ordinárias	Ações preferenciais Classe "A"	Ações preferenciais Classe "B"	Ações preferenciais Classe "C"	Ações preferenciais Classe "D"
Em 31 de dezembro de 2016 (**)	1.488.601	928.965.058	180.485.574	-	10.843.792	63.241.900
Em 31 de dezembro de 2015 (**)	503.427 (*)	928.965.058	180.485.574	4.800.776	10.843.792	-
Em 31 de dezembro de 2014 (**)	498.005 (*)	928.965.058	180.485.574	4.800.776	-	-

(*) As ações foram registradas na rubrica "Passivos financeiros ao justo valor por meio do resultado"

(**) Dados das ações revisados para demonstrar o efeito do desdobramento de ações aprovado em 23 de fevereiro de 2017 (vide nota 32).

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto aos acionistas em Assembleia Geral de Acionistas. As ações preferenciais de qualquer classe não conferem direito a voto.

As ações preferenciais Classe "A", "C" e "D" possuem: i) prioridade de reembolso de capital, ii) o direito de serem incluídas em oferta pública de compra de ações, devido à transferência do controle da Companhia, nas mesmas condições e por um preço por ação equivalente a setenta e cinco (75) vezes o preço por ação pago ao acionista controlador, iii) o direito de receber valores equivalentes a setenta e cinco (75) vezes o preço por ação ordinária após a divisão dos ativos remanescentes entre os acionistas; e iv) o direito de recebimento de dividendos iguais a 75,0 vezes o valor pago a cada ação ordinária.

Desdobramento de ações

Em 23 de fevereiro de 2017 os acionistas da Companhia aprovaram o desdobramento das ações na proporção de duas ações da mesma espécie e classe para cada uma ação atualmente existente.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do capital social como segue:

	Número total de ações	Capital
Em 31 de dezembro de 2013	1.108.233.806	473.969
Aumento de capital - subscrição de ações	6.017.602	32
Em 31 de dezembro de 2014	1.114.251.408	474.001
Aumento de capital (Nota 1)	10.843.792	5.422
Em 31 de dezembro de 2015	1.125.095.200	479.423
Aumento de capital (Nota 1)	63.241.900	985.174
Resgate de ações preferenciais registradas como passivos financeiros	(4.800.776)	-
Capitalização da reserva	-	24.004
Em 31 de dezembro de 2016	1.183.536.324	1.488.601

Aumento de capital

Conforme divulgado na Nota 1, a Companhia emitiu ações preferenciais classe D para a HNA.

Resgate de ações preferenciais Classe B e capitalização de reserva

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia resgatou 4.800.776 ações preferenciais classe B, todas sem valor nominal. As ações foram registradas na rubrica "Passivos financeiros ao justo valor por meio do resultado". Adicionalmente, a Companhia capitalizou reservas no montante de R\$24.004 da rubrica "Reserva de capital" para a rubrica "Capital social".

b) Reserva de capital

b.1) Pagamento baseado em ações

A reserva de pagamento baseado em ações é usada para reconhecer o valor dos pagamentos baseados em ações a empregados que serão liquidados em ações, incluindo a alta Administração da Companhia, como parte de sua remuneração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi registrada uma despesa com remuneração baseada em ações no valor de R\$9.879 (31 de dezembro de 2015 – R\$9.836 e 31 de dezembro de 2014 - R\$6.352) sob a rubrica de "Salários e benefícios".

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b.2) A Companhia reconheceu o montante de R\$487.934 na rubrica “Reservas de capital” referente ao valor remanescente das ações emitidas para a HNA. Ver nota 1 b) ii.

c) Dividendos

De acordo com o estatuto da Companhia, aos acionistas, é assegurado um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 0,1% do lucro líquido do exercício da Companhia, após as deduções da reserva legal, das reservas de contingências e do ajuste previsto na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).

Os juros sobre o capital próprio, dedutíveis para fins de imposto de renda, que tiverem sido pagos ou creditados, podem ser deduzidos dos dividendos obrigatórios. Os juros pagos sobre o capital próprio são tratados como pagamento de dividendos para fins contábeis.

Os dividendos estão sujeitos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Companhia não distribuiu dividendos.

d) Outros resultados abrangentes

As variações do valor justo dos instrumentos derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes”, líquidos dos efeitos tributários, no montante de R\$33.785, 92.769 e 36.185 em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 (líquido de efeito tributário de R\$17.445, R\$0 e R\$0) respectivamente.

21. Prejuízo por ação (Reapresentado)

O lucro ou prejuízo básico por ação ordinária é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações preferenciais, em circulação durante o período, em ações ordinárias.

O lucro ou prejuízo diluído por ação ordinária é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações preferenciais, em circulação durante o período, em ações ordinárias, acrescido da quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O lucro ou prejuízo básico por ação preferencial é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul pela quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação durante o período, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações ordinárias, em circulação durante o período, em ações preferenciais.

O lucro ou prejuízo diluído por ação preferencial é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul, pela quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação durante o período, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações ordinárias, em circulação durante o período, em ações preferenciais, acrescido da quantidade média ponderada de ações preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações preferenciais potenciais diluidoras em ações preferenciais.

Os dados do lucro por ação foram calculados considerando o efeito do desdobramento de ações aprovado em 23 de fevereiro de 2017 (vide nota 32).

A tabela a seguir estabelece o cálculo do prejuízo líquido por ação ordinária e preferencial em milhares, exceto valores por ação:

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Numerador			
Prejuízo líquido do exercício	(126.314)	(1.074.905)	(65.040)
Denominador			
Média ponderada do número de ações ordinárias	928.965.058	928.965.058	928.965.058
Média ponderada do número de ações preferenciais	216.630.470	185.971.480	175.534.916
75 ações preferenciais (*)	75,0	75,0	75,0
Média ponderada do número de ações preferenciais equivalentes (*)	229.016.671	198.357.681	187.921.117
Média ponderada do número de ações ordinárias equivalentes (**)	17.176.250.308	14.876.826.058	14.094.083.758
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	(0,01)	(0,07)	(0,00)
Prejuízo básico e diluído por ação preferencial	(0,55)	(5,42)	(0,35)

(*) Refere-se à participação no valor do patrimônio líquido total da Companhia, calculado como se todas as 928.965.058 ações ordinárias tivessem sido convertidas em 12.386.200 ações preferenciais na relação de conversão de 75 ações ordinárias para cada uma ação preferencial.

(**) Refere-se à participação no valor do patrimônio líquido total da Companhia, calculado como se a média ponderada das ações preferenciais tivessem sido convertidas em ações ordinárias na relação de conversão é de 75 ações ordinárias para cada 1 ação preferencial.

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, as 7.641.753, 5.777.284 e 3.885.350 ações preferenciais potenciais, relativas ao plano de outorga de opção de ações, foram excluídas do cálculo do prejuízo líquido diluído por ação pois seu efeito teria sido anti-dilutivo.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	Nível	Consolidado			Consolidado		
		Valor contábil			Valor justo		
		31 de dezembro de			31 de dezembro de		
		2016	2015	2014	2016	2015	2014
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	1	549.164	636.505	388.959	549.164	636.505	388.959
Aplicações financeiras	1	331.210	29.853	499.831	331.210	29.853	499.831
Aplicação financeira não circulante (Nota 1)	3	753.200	-	-	753.200	-	-
Contas a receber	1	673.275	650.408	654.086	673.275	650.408	654.086
Aplicações financeiras vinculadas (*)	1	162.036	91.453	67.463	162.036	91.453	67.463
Instrumentos financeiros derivativos	2	21.770	41.039	32.231	21.770	41.039	32.231
Passivo							
Empréstimos e financiamentos (*) (**)	1	4.034.495	4.810.945	3.259.184	4.065.778	4.739.191	3.231.294
Fornecedores	1	1.034.317	1.052.121	881.809	1.034.317	1.052.121	881.809
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado(***)	2	44.655	330.901	269.892	44.655	330.901	269.892
Instrumentos financeiros derivativos (*)	2/3	231.351	282.091	53.657	231.351	282.091	53.657

(*) Circulante e não circulante.

(**) Inclui efeito do valor justo do hedge, no montante de R\$13.177 (31 de dezembro de 2015 – perda de R\$7.528 e 31 de dezembro de 2014 – ganho de R\$17.480).

(***) Refere-se à oferta privada de ações preferenciais classe B (Nota 23).

O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas circulantes e não circulantes, contas a receber e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado					
	31 de dezembro de					
	2016		2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<u>Hedge de fluxo de caixa</u>						
Contrato de swap de taxa de juros e de termo de combustível	-	(51.306)	-	(107.439)	-	(36.185)
<u>Hedge de valor justo</u>						
Contrato de swap de taxa de juros	4.523	(17.700)	38.771	(46.299)	29.317	(11.837)
<u>Derivativos não designados como hedge</u>						
Opção da HNA no benefício econômico da TAP (Nota 1)	-	(154.361)	-	-	-	-
Opções de moeda estrangeira	17.247	-	-	-	-	-
Contrato de termo de moeda estrangeira	-	(5.882)	2.268	(3.292)	2.914	-
Contrato de termo de combustível	-	(2.102)	-	(125.061)	-	-
Swap de taxa de juros e moeda estrangeira	-	-	-	-	-	(5.635)
	21.770	(231.351)	41.039	(282.091)	32.231	(53.657)

O cronograma de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos está descrito a seguir:

31 de dezembro de 2016	Imediato	Até 6 meses	7 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos de transações com derivativos	796	8.180	8.662	10.414	(6.282)	21.770
Passivos de transações com derivativos	(14.865)	(22.259)	(174.004)	(17.461)	(2.762)	(231.351)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total de instrumentos financeiros derivativos	(14.069)	(14.079)	(165.342)	(7.047)	(9.044)	(209.581)
-----------------------------------------------	----------	----------	-----------	---------	---------	-----------

Hedge de fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Companhia mantém contratos de *swap* designados como *hedges* dos fluxos de caixa para proteger-se do efeito das flutuações das taxas de juros de parte dos pagamentos de arrendamentos mercantis operacionais e empréstimos em moeda estrangeira, pelos próximos 12 meses.

A Companhia possui contratos de NDF no Mercado de Balcão com uma contrapartida diferente no mercado local indexados ao contrato a termo de combustível negociado na NYMEX.

Esses contratos são negociados em parcelas mensais e com cobertura parcial da exposição da Companhia aos preços do combustível para 2016 e 2017.

Em 01 de outubro de 2015, a Companhia decidiu retirar a proteção contra riscos relativos a custos de combustíveis e já não designa os seus contratos a termo de combustível para hedge de fluxo de caixa.

De acordo com o CPC 38 e com a norma internacional equivalente IAS 39, quando a designação de um instrumento de *hedge* é revogada, o ganho ou a perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no período em que a cobertura era eficaz, deve permanecer no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra.

Desta forma, o ganho ou perda acumulados do instrumento de *hedge* que tenham sido reconhecidos em outros resultados abrangentes, deve ser reclassificado do patrimônio líquido para o resultado no mesmo período durante os quais os fluxos de caixa previsto (ou ativo adquirido ou o passivo assumido) afetar os resultados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, uma perda líquida no montante de R\$26.710 foi reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período, no que se refere a liquidação do contrato a termo de combustível.

As designações de derivativos de combustíveis que foram revogadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não tiveram a transação prevista ocorrida no mesmo período, portanto o montante total de R\$29.579 foi reconhecido sob a rubrica "Outros resultados abrangentes" e serão classificados como lucros ou prejuízos na ocorrência da transação prevista.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As posições, consolidadas, são como segue:

31 de dezembro de 2016	Valor do notional	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo
Hedge do fluxo de caixa de:				
Empréstimos e financiamentos	90.138	LIBOR	Taxa fixa	(21.727)
Combustíveis	183.193	-	-	(29.579)
	<u>273.331</u>			<u>(51.306)</u>
31 de dezembro de 2015	Valor do notional	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo
Hedge do fluxo de caixa de:				
Arrendamentos operacionais	101.180	LIBOR	Taxa fixa	(34.202)
Empréstimos e financiamentos	39.095	LIBOR	Taxa fixa	(2.635)
Combustíveis	571.004	-	-	(70.602)
	<u>711.279</u>			<u>(107.439)</u>
31 de dezembro de 2014	Valor do Notional	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo
Hedge do fluxo de caixa de:				
Arrendamentos operacionais	109.834	LIBOR	Taxa fixa	(27.979)
Empréstimos e financiamentos	101.636	LIBOR	Taxa fixa	(8.206)
	<u>211.470</u>			<u>(36.185)</u>

Os termos essenciais dos contratos de *swap* foram negociados para estarem em conjunto com os termos dos empréstimos, objetos dos *hedges*.

Considerando que todas as transações foram consideradas efetivas, as variações do valor justo sobre hedge de fluxo de caixa foram registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes” em contrapartida da rubrica “Instrumentos financeiros derivativos” passivos ou ativos.

A movimentação do *hedge* de fluxo de caixa está demonstrada abaixo:

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Saldo no início do exercício	(92.769)	(36.185)	(35.023)
Operações liquidadas durante o exercício	60.627	23.210	(9.028)
Liquidações	23.021	(23.021)	-
Novas transações durante o exercício	-	79.310	-
Ajuste de valor justo	(42.109)	(136.083)	7.866
Saldo no final do exercício	<u>(51.230)</u>	<u>(92.769)</u>	<u>(36.185)</u>

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ganhos e as perdas acumulados relacionados aos contratos a termo de combustíveis, que não são mais designados como hedge de fluxo de caixa e que foram reconhecidos em outros resultados abrangentes no período em que a cobertura era eficaz, deve permanecer no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra. A realização do diferimento de hedges descontinuados que ocorreram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totaliza R\$49.731.

Hedge de valor justo

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha contratos de *swap* de taxa de juros com valor *notional* de R\$559.856 (31 de dezembro de 2015 - R\$674.556 e 31 de dezembro de 2014 - R\$697.835) que prevê que a Companhia receba taxa de juros fixas e pague uma taxa variável correspondente a um percentual do CDI.

O ajuste no valor justo do swap de taxas de juros gerou uma perda não realizada de R\$13.177 (31 de dezembro de 2015 - R\$7.528 e 31 de dezembro de 2014 - um ganho de R\$17.480) e foi reconhecida sob a rubrica despesas financeiras. O impacto na demonstração do resultado foi compensado por um ajuste negativo no valor da dívida protegida. Não houve ineficácia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Derivativos não designados como “*hedge accounting*”

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nos dólares norte-americanos e, portanto, celebra contratos de moeda a termo. Esses contratos de moeda a termo não são designados como *hedges* de fluxo de caixa, *hedges* de valor justo ou *hedges* de investimento líquido, sendo celebrados por períodos com a exposição em moeda por um período inferior a 12 meses.

i. Aplicação financeira não circulante

A Companhia concedeu uma opção para a HNA no valor de €30.000 mil para aquisição de até 33% dos benefícios econômicos dos Bonds TAP. A opção expira em 2 de dezembro de 2017, o valor justo desta opção é de R\$154.361 e foi reconhecido na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos” no passivo. Mais detalhes vide Nota 1.

ii. Swap de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou operações de *swap* com valor *notional* de R\$147.308 (31 de dezembro de 2015 e 2014 - R\$0). As mudanças no valor justo desses instrumentos resultaram no reconhecimento de ganhos não realizados de R\$17.247 (31 de dezembro de 2015 e 2014 - R\$0).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii. Contrato a termo de combustível

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui contratos de NDF no Mercado de Balcão, com duas contrapartidas diferentes no mercado local indexados ao contrato a termo de combustível negociado na NYMEX, negociados em tranches mensais, com valor *notional* de R\$183.193 (31 de dezembro de 2015 - R\$571.004 e 31 de dezembro de 2014 - R\$0). O valor justo desses instrumentos totalizava R\$2.102 (31 de dezembro de 2015 - R\$125.061 e 31 de dezembro de 2014 - R\$0)

iv. Contrato de termo de moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía US\$80.000 mil (31 de dezembro de 2015 - US\$75.000 mil e 31 de dezembro de 2014 - US\$65.000 mil) de *notional* em opções, fixados às taxas de R\$3,2686 por U\$1,00. O ajuste do valor justo desses contratos gerou um ganho não realizado de R\$5.882 (31 de dezembro de 2015 - R\$2.268 e 31 de dezembro de 2014 - R\$2.914), o qual está registrado no ativo ou passivo circulante em contrapartida de instrumentos financeiros derivativos na demonstração de resultados.

Valor justo dos instrumentos financeiros

A seguinte hierarquia é usada para determinar o valor justo de instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados, sem ajustes, nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>Ativos financeiros a valor justo</u>				
Aplicações financeiras circulantes (a)	384.616	384.616	-	-
Aplicação financeira não circulante (c)	753.200	1.105	-	752.095
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (b)	4.523	-	4.523	-
Swap de taxa de juros - não designado como hedge	17.247	-	17.247	-

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>Passivos financeiros a valor justo</u>				
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	(44.655)	-	(44.655)	-
Swap de taxa de juros - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(21.727)	-	(21.727)	-
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (b)	(17.700)	-	(17.700)	-
Opção da HNA nos benefícios econômicos da TAP (d)	(154.361)	-	-	(154.361)
Swap de taxa de juros - não designado como <i>hedge</i>	(5.882)	-	(5.882)	-
Contrato a termo de combustível	(31.681)	-	(31.681)	-

Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>Ativos financeiros a valor justo</u>				
Aplicações financeiras circulantes (a)	110.567	110.567	-	-
Contrato a termo de moeda estrangeira	2.268	-	2.268	-
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (b)	38.771	-	38.771	-

Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>Passivos financeiros a valor justo</u>				
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	(330.901)	-	(330.901)	-
Contrato a termo de moeda estrangeira	(3.292)	-	(3.292)	-
Swap de taxa de juros - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(36.837)	-	(36.837)	-
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (b)	(46.299)	-	(46.299)	-
Contrato a termo de combustível	(195.663)	-	(195.663)	-

Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>Ativos financeiros a valor justo</u>				
Aplicações financeiras (a)	516.558	516.558	-	-
Contrato a termo de moeda estrangeira	2.914	-	2.914	-
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (b)	29.317	-	29.317	-

Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>Passivos financeiros a valor justo</u>				
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	(269.892)	-	(269.892)	-
Swap de taxa de juros - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(36.185)	-	(36.185)	-
Swap de taxa de juros e swap de moeda estrangeira	(5.635)	-	(5.635)	-
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (b)	(11.837)	-	(11.837)	-

(a) Inclui aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas.

(b) Parcela dos saldos dos empréstimos do FINAME PSI e do FINAME Convencional, apresentados pelo seu valor ajustado ao risco coberto, aplicando as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo.

(c) A Companhia calcula o valor justo da opção de compra baseada em uma avaliação da TAP e modelo binomial considerando o prazo de opção, taxa de desconto e volatilidade de mercado de companhias aéreas com capital aberto em bolsas de valores, calculados com uma média de 2 anos. A quantia resultante do modelo binomial calculado em Euros foi convertida em Reais utilizando a taxa de câmbio do período. Vide Nota 1.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) A Companhia calculou o valor justo da opção utilizando a taxa Libor de 12 meses para o Bond TAP pelo tempo remanescente da opção.

Reconciliação do ativo financeiro Nível 3

A movimentação do valor justo dos Bonds Conversíveis da TAP é detalhada a seguir:

	Consolidado 31 de dezembro de 2016
Saldo no início do exercício	-
Custo de aquisição (€90,000)	360.769
Variação cambial, perda	(51.313)
Juros acumulados	15.570
Ajuste do valor justo	(41.264)
Valor justo da opção de compra	468.333
Saldo no final do exercício	752.095

23. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Oferta privada

Em 23 de dezembro de 2013, a Companhia concluiu uma oferta privada de ações preferenciais classe B, a qual foi classificada como uma dívida de curto prazo no valor de R\$239.411 com resgate obrigatório dessas ações se uma oferta pública de ações (IPO) não ocorra até 27 de dezembro de 2016 por seu valor nominal acrescido de juros de 72,5%. O valor justo deste instrumento financeiro está registrado na rubrica "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

Durante o exercício de 2016, foram resgatadas e canceladas as ações classe B, no valor de R\$346.330, o qual inclui o valor principal de R\$214.179 e o pagamento de juros no valor de R\$132.151. Em relação às ações remanescentes em circulação de classe B, a Companhia acordou com o detentor em resgatar essas ações pelo valor de R\$44.655, com o pagamento correspondente em janeiro de 2017. Como resultado desse contrato, as ações em circulação classe B foram canceladas em 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo a pagar é de R\$44.655.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações, bem como financiar a aquisição de aeronaves. Os saldos de contas a receber de clientes, depósitos à vista e a curto prazo e outras contas a receber, resultam diretamente suas operações. A Companhia também mantém investimentos disponíveis para negociação e contrata transações com derivativos, tais como termo de moeda e *swaps*.

A Administração da Companhia supervisiona o monitoramento de mercado, crédito e riscos de liquidez.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as atividades com derivativos para gestão de risco são realizadas por especialistas com habilidades, experiência e supervisão adequada. É política da Companhia não operar transações de derivativos para fins especulativos.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nos preços de mercado. O risco de mercado é composto por três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço, tais como o risco de preço de ações e preço de commodities.

Instrumentos financeiros expostos ao risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para negociação e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

a.1) *Risco da taxa de juros*

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

O risco de taxa de juros é gerenciado através de monitoramento das projeções futuras das taxas que incidem sobre seus empréstimos e financiamentos e debêntures, bem como sobre as suas operações de arrendamento mercantil operacional. Para mitigar esse risco, são utilizados derivativos que visam minimizar eventuais impactos negativos de variações de taxas de juros.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sensibilidade à taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no resultado antes da tributação, o qual é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis.

Para análise de sensibilidade, foi adotado:

- LIBOR atrelado à dívida: média ponderada de 4,3% ao ano.
- CDI atrelado à dívida: média ponderada de 14,0% ao ano;

Estimamos o impacto do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 decorrente da variação de 25% e 50% sobre as taxas médias ponderadas, conforme demonstrado a seguir:

	25%	-25%	50%	-50%
Despesa de juros	67.945	(67.945)	135.890	(135.890)

a.2) *Risco de câmbio*

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente aos empréstimos e financiamentos líquido de investimentos em dólares norte-americano. A Companhia também está exposta a mudanças na taxa de câmbio do Euro através do seu investimento nos Bonds Conversíveis da TAP (Nota 1).

O risco cambial é administrado por meio de instrumentos financeiros derivativos que possuem cobertura em seu fluxo de caixa líquido, projetados para o período de doze meses.

A Companhia monitora constantemente a exposição líquida em moeda estrangeira e, quando for apropriado, realiza operações de hedge para proteger o fluxo de caixa não operacional, projetando para um período máximo de até 12 meses, para minimizar sua exposição. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de hedge no montante de US\$80.000 mil para se proteger das flutuações correntes.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A exposição cambial está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	Exposição em dólares norte americanos			Exposição em euro		
	31 de dezembro de			31 de dezembro de		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulantes	144.633	73.979	64.775	-	-	-
Depósitos em garantia e reservas de manutenção	1.061.086	1.179.251	762.445	-	-	-
Aplicação financeira não circulante	-	-	-	752.095	-	-
Instrumentos financeiros	322.313	-	-	-	-	-
Outros ativos	91.056	317.792	94.516	-	-	-
Total ativo	1.619.088	1.571.022	921.736	752.095	-	-
Passivo						
Fornecedores	(313.539)	(186.652)	(114.196)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos circulante e não circulante	(2.143.711)	(2.619.899)	(1.268.025)	-	-	-
Opção de compra da HNA nos benefícios econômicos dos Bonds conversíveis da TAP (Nota 22)	-	-	-	(154.361)	-	-
Outros passivos	(96.710)	(31.845)	-	-	-	-
Total passivo	(2.553.960)	(2.838.396)	(1.382.221)	(154.361)	-	-
Derivativos (NDF) – “Notional”	260.728	292.860	172.653	-	-	-
Exposição líquida	(674.144)	(974.514)	(287.832)	597.734	-	-

Sensibilidade à taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2016, foi adotado como cenário provável, a taxa de câmbio de fechamento de R\$3,2591/US\$ e R\$3,4384/EUR. A seguir está demonstrada a análise de sensibilidade considerando a variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente:

Exposição em US\$	25%	-25%	50%	-50%
	R\$4,0739/US\$	R\$2,4443/US\$	R\$4,8887/US\$	R\$1,6296/US\$
Efeito na variação cambial	(168.536)	168.536	(337.072)	337.072
Exposição em EUR	25%	-25%	50%	-50%
	R\$4,2980/EUR	R\$2,5788/EUR	R\$5,1576/EUR	R\$1,7192/EUR
Efeito na variação cambial	149.434	(149.434)	298.867	(298.867)

a.3) *Riscos relacionados a variações nos preços de combustível da aviação*

A volatilidade dos preços do combustível de aviação é um dos riscos financeiros mais significativos para as companhias aéreas. A gestão do risco do preço do combustível da Companhia tem o objetivo de equilibrar sua exposição no mercado, de modo que não seja nem excessivamente afetados por um aumento repentino nos preços nem incapaz de capitalizar uma queda substancial dos preços dos combustíveis.

A Companhia administra o risco relacionado com a volatilidade dos preços do combustível, através de contratos de preço fixo diretamente com a distribuidora, ou contratos de derivativos negociados diretamente com os bancos. A Companhia pode usar contratos de derivativos de combustível ou sub produtos.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sensibilidade ao preço do combustível

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do hedge de combustível para uma possível mudança substancial no mercado, mantendo todas as outras variáveis constantes.

A análise considera uma mudança nos preços do combustível, em reais, em relação à média do mercado para o período e projeta o impacto sobre os instrumentos financeiros, resultante de uma variação de 25% e 50% no preço do combustível de aviação, sendo:

	25%	-25%	50%	-50%
Variação no preço do combustível em reais				
Impacto no hedge de combustível	5.751	(69.114)	43.183	(106.546)

a.4) *Riscos relacionados a mudanças no valor justo da TAP*

Conforme divulgado na nota 1, uma vez que os Bonds TAP contêm uma opção de conversão, a Companhia está exposta a mudanças no valor justo da TAP.

As variações no valor justo de TAP, cujo capital não é negociado em bolsa, podem afetar o valor de mercado das obrigações.

A aquisição dos Bonds TAP faz parte da estratégia comercial da Companhia para criação de sinergias entre a Companhia e a TAP, e por ter a opção de se tornar um acionista direto da TAP caso o preço de mercado da TAP seja economicamente interessante para converter a dívida em capital.

Adicionalmente, a Companhia concedeu uma opção para a HNA comprar até 33% dos benefícios econômicos dos Bonds TAP. Através desta opção, a Companhia transfere parcialmente os benefícios do aumento no valor de mercado das obrigações da TAP sobre o preço de exercício da opção, mantendo os riscos de reduções de valor justo abaixo do preço de exercício.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras, principalmente representados nas rubricas de: contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, incluindo depósitos bancários. O risco de crédito do “contas a receber” é composto por valores a vencer das maiores administradoras de cartões de crédito e vendas parceladas. É prática avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição.

Além dos Bonds Conversíveis da TAP (partes relacionadas), os instrumentos financeiros são realizados com contrapartes que possuem rating mínimo A na avaliação feita pelas agências S&P e Fitch, ou, na sua grande maioria, são contratados em bolsa de valores de mercadorias e futuros, o que mitiga substancialmente o risco de crédito. Os Bonds Conversíveis da TAP são garantidos por certos ativos intangíveis.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez assume duas formas distintas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro está relacionado aos preços vigentes de mercado e varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que são negociados. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas.

Como forma de gestão do risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa da Companhia estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deve ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento.

Cronograma dos passivos financeiros detidos pela Companhia a seguir:

31 de dezembro de 2016	Imediato	Até 6 meses	7 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	219.298	290.425	475.515	2.503.656	545.601	4.034.495
Fornecedores	658.498	206.551	169.268	-	-	1.034.317
Salários, provisões e encargos sociais	78.571	39.061	68.842	-	-	186.474
Tributos a recolher e Refis	65.369	2.695	3.234	25.873	49.687	146.858
Passivos de transações com derivativos	14.865	22.259	174.004	17.461	2.762	231.351
Provisões	-	-	-	72.681	3.672	76.353
Outros passivos	108.353	54.344	17.132	262.477	115.446	557.752
	1.144.954	615.335	907.995	2.882.148	717.168	6.267.600

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital financiado. Caso a opção por capital próprio seja feita, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas. A utilização de recursos financiados será sempre uma opção a ser considerada, principalmente quando a Administração entender que este custo será menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios. Vale ressaltar que por

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ser uma indústria de capital intensivo, com investimentos consideráveis em ativos de alto valor agregado, é natural que empresas do setor de aviação apresentem um grau de alavancagem elevado.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que é definido como endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos (inclui as debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante e aplicações financeiras vinculadas circulante e não circulante.

A estrutura do capital é formada pelo endividamento líquido, definido como o total de empréstimos e financiamentos (incluindo as debêntures), líquido de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos financeiros de curto prazo e pelo capital que é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido.

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado à dívida líquida como segue:

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Patrimônio líquido	1.001.987	(392.169)	416.495
Caixa e equivalentes de caixa	(549.164)	(636.505)	(388.959)
Aplicações financeiras	(331.210)	(29.853)	(499.831)
Aplicação financeira não circulantes	(753.200)	-	-
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(162.036)	(91.453)	(67.463)
Passivo financeiro a valor justo por meio do resultado	44.655	330.901	269.892
Empréstimos e financiamentos (*)	4.034.495	4.810.945	3.259.184
Dívida líquida	2.283.540	4.384.035	2.572.823
Capital total	3.285.527	3.991.866	2.989.318

(*) Inclui circulante e não circulante.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receita

	Consolidado		
	Exercícios findos em		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Receita			
Transporte de passageiros	6.062.887	5.824.521	5.367.337
Outras receitas	958.022	756.374	736.946
Receita bruta	7.020.909	6.580.895	6.104.283
Impostos incidentes sobre:			
Transporte de passageiros	(276.078)	(249.177)	(237.724)
Outras receitas	(74.940)	(73.852)	(63.506)
Total de impostos	(351.018)	(323.029)	(301.230)
Receita líquida	6.669.891	6.257.866	5.803.053

26. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	Consolidado					
	Exercícios findos em 31 de dezembro de					
	2016	2015	2014			
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Total	Total	Total
Combustível de aviação	(1.560.223)	-	-	(1.560.223)	(1.917.606)	(1.955.036)
Salários e benefícios	(875.572)	(16.923)	(199.376)	(1.091.871)	(1.042.119)	(991.449)
Arrendamento mercantil de aeronaves e outros	(1.138.741)	-	(22.171)	(1,160,912)	(1.171.325)	(689.055)
Tarifas aeroportuárias	(442.692)	-	-	(442.692)	(382.610)	(314.402)
Prestação de serviços de tráfego	(327.289)	-	-	(327.289)	(307.926)	(240.783)
Comerciais e publicidade	-	(276.203)	-	(276.203)	(258.214)	(239.359)
Materiais de manutenção e reparo	(708.739)	-	-	(708.739)	(643.897)	(353.339)
Depreciação e amortização	(256.284)	-	(44.917)	(301.201)	(217.983)	(197.755)
Outras despesas operacionais, líquidas	(141.582)	-	(314.893)	(456.475)	(483.773)	(420.949)
	(5.451.122)	(293.126)	(581.357)	(6.325.605)	(6.425.453)	(5.402.127)

26.1. Outras despesas operacionais, líquidas

Consolidado
Exercícios findos em

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Acomodações e refeições	164.633	184.271	165.006
Serviços de TI	145.698	113.762	82.314
Serviços profissionais	45.588	67.678	39.645
Riscos tributário, cível e trabalhista	42.537	41.277	21.147
Seguros de aeronaves	25.294	30.317	19.553
Voos interrompidos	35.822	29.106	29.340
Outros (*)	(3.097)	17.362	63.944
	456.475	483.773	420.949

(*) O saldo de "outros" é pulverizado. O ganho relacionado às aeronaves da operação de "sale and leaseback" foi reconhecido na rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas".

27. Resultado financeiro líquido

	Controladora			Consolidado		
	Exercícios findos em			Exercícios findos em		
	31 de dezembro de			31 de dezembro de		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Receita financeira						
Juros sobre aplicações financeiras	1.399	742	2.300	37.591	40.666	36.945
Outras	120	9	9	13.476	2.512	4.573
	1.519	751	2.309	51.067	43.178	41.518
Despesas financeiras						
Juros sobre empréstimos	(20.218)	(25.559)	(17.530)	(399.873)	(378.346)	(313.057)
Juros sobre antecipação de recebíveis de cartão de crédito	-	-	-	(97.684)	(72.614)	(51.198)
Juros e multas sobre outras operações	-	-	-	(115.587)	(186.298)	(28.628)
Outros (*)	(10.742)	(11.230)	(4.943)	(118.056)	(48.661)	(67.166)
	(30.960)	(36.789)	(22.473)	(731.200)	(685.919)	(460.049)
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	-	-	-	10.800	(82.792)	4.245
Variações monetárias e cambiais, líquida	(16.253)	-	-	179.668	(184.305)	(74.104)
Resultado financeiro líquido	(45.694)	(36.038)	(20.164)	(489.665)	(909.838)	(488.390)

(*) Dos quais R\$131.870 está relacionado com o custo para reverter as posições do contrato de no fornecimento de combustível de aviação com um fornecedor

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Compromissos

a) Arrendamentos mercantis operacionais

A Companhia possui obrigações decorrentes da celebração de contratos de arrendamento operacional, denominados em dólares norte-americanos, para aeronaves e motores, no total de 100 aeronaves em 31 de dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015 – 106 e 31 de dezembro de 2014 - 107) e 16 motores (31 de dezembro de 2015 – 18 e 31 de dezembro de 2014 - 15). Os contratos de arrendamento variam de 60 a 144 meses para a Embraer, ATR e Airbus. Para esses contratos, apresentamos como garantia cartas de fiança ou depósitos. Os contratos de arrendamento mercantil operacionais requerem pagamentos periódicos das parcelas dos arrendamentos e não incluem opção de compra da aeronave no final do contrato. Os pagamentos são indexados ao dólar norte-americano e a maior parte das parcelas são corrigidas pela taxa de juros LIBOR.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais, não canceláveis, são apresentados a seguir:

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Até um ano	1.139.347	1.312.067	846.599
Mais de um ano, até cinco anos	4.235.115	4.920.203	3.125.236
Mais de cinco anos	2.646.863	3.545.625	2.658.172
	8.021.325	9.777.895	6.630.007

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o total reconhecido como custo de arrendamento de aeronaves foi de R\$1.144.369 (31 de dezembro de 2015 - R\$1.073.643 e 31 de dezembro de 2014 - R\$596.394). O valor pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$1.117.945 (31 de dezembro de 2015 - R\$1.130.174 e 31 de dezembro de 2014 - R\$632.807).

Os contratos de arrendamentos operacionais da Companhia não possuem cláusulas restritivas.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Compromissos para futuras aquisições de aeronaves

A Companhia possui contratos para a aquisição de 73 aeronaves (31 de dezembro de 2015 – 68 e 31 de dezembro de 2014 - 51), em que os seguintes pagamentos futuros serão realizados:

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Até um ano	-	-	999.832
Mais de um ano, até cinco anos	8.937.307	4.627.280	2.586.706
Mais de cinco anos	6.307.715	17.346.375	8.885.940
	15.245.022	21.973.655	12.472.478

29. Plano de outorga de opção de ações (Reapresentado)

29.1. Plano de opção de compras de ações

29.1.1. Primeiro plano de opção

Em AGE realizada no dia 11 de dezembro de 2009, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações ("Primeiro Plano de Opção"). De acordo com o plano, o Comitê de Remuneração aprovou, na mesma data, o primeiro programa de Opção de Compra de Ações autorizando a emissão de um total de 2.859.200 (após o desdobramento das ações 5.718.400) opções de ações preferenciais Classe A para administradores, executivos e empregados-chave da Companhia. O plano tem um prazo de 10 anos, sendo que nenhuma opção poderá ser outorgada após esta data.

Em 24 de março de 2011, o Comitê de Remuneração aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações ("Segundo Programa de Opção"), referente ao primeiro plano, outorgando 824.000 (após o desdobramento das ações 1.648.000) opções de ações preferenciais Classe A. O preço de exercício das opções dessa 2ª outorga foi calculado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa livre descontado a valor presente da Companhia.

Em razão desta outorga de opções adicionais advindas do Segundo Programa de Opção, em AGE ocorrida em 27 de abril de 2011, foi aprovado o aditamento ao Estatuto Social da Companhia autorizando o aumento do capital social para até 3.683.200 (após o desdobramento das ações 7.366.400) ações preferenciais Classe A, e também aprovou a mudança no item 4.1 do Primeiro Plano de Opção, na qual o número total de ações que possam ser objeto de opções outorgadas não exceda o total 3.683.200 (após o desdobramento das ações 7.366.400) de ações preferenciais Classe B.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Posteriormente, em reunião realizada em 5 de abril de 2011, o Comitê de Remuneração determinou o encerramento do Primeiro Plano de Opções com data de 31 de dezembro de 2010, e criou o Terceiro Programa de Opção de Compra de Ações ("Terceiro Programa de Opção"), referente ao primeiro plano, que contempla a outorga de 342.800 (após o desdobramento das ações 685.600) ações preferenciais Classe A remanescentes do Primeiro Plano de Opção. O preço do exercício das opções outorgadas no terceiro programa é de R\$12,88 (após o desdobramento das ações R\$6,44).

A seguinte tabela abaixo apresenta as mudanças de quantidade de opções em aberto e a média ponderada do preço do exercício:

	Primeiro plano de opção	Preço do exercício médio ponderado
31 de dezembro de 2014	7.260.800	R\$4,65
Concedidas	-	-
31 de dezembro de 2015	7.260.800	R\$4,65
Concedidas	-	-
31 de dezembro de 2016	7.260.800	R\$4,65

Em 31 de dezembro de 2016 nenhuma opção havia sido exercida.

29.1.2. Segundo plano de opção

Em AGE realizada no dia 30 de junho de 2014 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (o "Segundo Plano de Opção") para a emissão de opções de compra de ações preferenciais Classe A por seus beneficiários.

As condições para exercício das opções são, além de um período de quatro anos de serviços prestados pelo beneficiário à Companhia, a ocorrência de uma Oferta Pública Inicial (IPO). Opções terão um tempo de duração de oito anos. O preço de exercício é calculado multiplicando o preço por ação das ações preferenciais classe A no IPO por um desconto que varia entre 0% e 30%. A percentagem de desconto aumenta com base no tempo decorrido entre a data de concessão das opções e do IPO.

Em 30 de junho de 2014, o Comitê de Remuneração aprovou o primeiro programa de opção de ações, autorizando a outorga de 1.084.561 (após o desdobramento das ações 2.169.122) opções de ações referente ao Segundo Plano de Opção.

Em 01 de julho de 2015, o Comitê de Remuneração aprovou o segundo programa de opção de ações, autorizando a outorga de 313.905 (após o desdobramento das ações 627.810) opções de ações referente ao Segundo Plano de Opção.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 01 de julho de 2016, o Comitê de Remuneração aprovou o terceiro programa de opção de ações, autorizando a outorga de 376.686 (após o desdobramento das ações 753.372) opções de ações referente ao Segundo Plano de Opção.

A tabela a seguir apresenta as mudanças no número de opções de compra de ações. Para todas as opções o preço de exercício a partir de 31 de dezembro de 2016 é 97,5%, do preço de IPO por ação de Ações Preferenciais Classe A:

	Segundo Plano de Opção
31 de dezembro de 2014	2.169.122
Concedidas	627.810
31 de dezembro de 2015	2.796.932
Concedidas	753.372
31 de dezembro de 2016	3.550.304

Em 31 de dezembro de 2016 nenhuma opção havia sido exercida e possuem tempo médio ponderado contratual remanescente de 4,9 anos.

29.1.3. Informações sobre o valor justo de opções de ações e despesas

O valor justo na data de concessão de opções de ações foi mensurado pelo modelo de Black-Scholes usando os dados abaixo. Para determinar o valor justo na data de concessão das opções emitidas no âmbito do Segundo Plano de Opção considerou-se que a melhor estimativa para data de concessão era de que o IPO seria concluído antes do primeiro aniversário da data de concessão.

	Primeiro Programa de Opção			Segundo Programa de Opção		
	1º Plano	2º Plano	3º Plano	1º Plano	2º Plano	3º Plano
Total de opções autorizadas	5.718.400	1.648.000	685.600	2.169.122	627.810	753.372
Total de opções concedidas	5.032.800	1.572.000	656.000	2.169.122	627.810	753.372
Total de opções vestidas	4.953.280	1.350.115	581.462	1.627.122	355.711	170.155
Preço de exercício da ação	R\$3,42	R\$6,44	R\$6,44	R\$19,15	R\$14,51	R\$14,51
Valor justo da opção na data da concessão	R\$1,93	R\$4,16	R\$4,16	R\$11,01	R\$10,82	R\$10,10
Volatilidade estimada do preço da ação	47,67%	54,77%	54,77%	40,59%	40,59%	43,07%
Dividendo esperado	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%
Taxa de retorno livre de risco	8,75%	12,00%	12,00%	12,46%	15,69%	12,21%
Duração da ação	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8 anos
Prazo médio	7 anos	7 anos	7 anos	4,5 anos	4,5 anos	4,5 anos

A volatilidade estimada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações de companhias aéreas listadas nas bolsas de valores do Brasil e do restante da América Latina. A despesa de remuneração baseada em ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$9.879 (31 de dezembro de 2015 - R\$9.836 e 31 de dezembro de 2014 - R\$6.352).

29.2. Plano de Unidade de Ações Restritas

Em AGE realizada no dia 30 de junho de 2014 foi aprovado o Plano de Unidades de Ações Restritas ("RSU"). Nos termos dos participantes RSU é concedido um valor fixo (em reais), que será liquidado em uma quantidade de ações preferenciais Classe A determinada pela divisão do valor monetário

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelo preço por ação (não descontado) das ações preferenciais classe A em um eventual IPO. As condições para exercício das opções, nos casos de RSU, são além de um período de quatro anos de serviços prestados, a ocorrência de um IPO da Companhia. Se um IPO ou mudança de controle não ocorrer, a Companhia poderá liquidar a parcela do RSUs, para o período de serviço que foi concluído e em dinheiro, no primeiro, segundo, terceiro e quarto aniversários da data de outorga.

Em 30 de junho de 2014 o Comitê de Remuneração aprovou a outorga de R\$10.241 para os beneficiários do RSU.

Em 1º de julho de 2015 o Comitê de Remuneração aprovou a outorga de R\$6.180 para os beneficiários do RSU.

Em 1º de julho de 2016 o Comitê de Remuneração aprovou a outorga de R\$7.416 para os beneficiários do RSU.

O valor justo do prêmio é determinado em cada data de balanço, como o valor monetário do prêmio em reais descontados da data mais próxima em que a Companhia poderá liquidar a quantia em dinheiro, utilizando a taxa de juros livre de risco atual. A taxa de juros livre de risco considerada foi de 11,0%. O passivo registrado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$5.311 (31 de dezembro de 2015 - R\$4.849 e 31 de dezembro de 2014 – R\$2.030) e está apresentado no balanço patrimonial sob a rubrica “Salários, provisões e encargos sociais”.

A despesa de remuneração baseada em ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao RSU foi de R\$5.238 (31 de dezembro de 2015 - R\$4.950 e 31 de dezembro de 2014 – R\$2.800).

30. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião e nas estimativas de seus assessores jurídicos externos e internos, concluiu que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas consideradas prováveis. Quando requerida, a Companhia efetua depósitos judiciais.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essas provisões estão assim demonstradas:

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Tributários	5.246	7.972	8.258
Cíveis	48.784	54.357	49.659
Trabalhistas	22.323	19.446	9.577
	76.353	81.775	67.494

Movimentações

	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2013	<u>74.415</u>
Constituição	42.913
Transferência (*)	(8.958)
Reversão de provisão (**)	(5.687)
Baixa por pagamento	<u>(35.189)</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>67.494</u>
Constituição	60.116
Baixa por pagamento	<u>(45.835)</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>81.775</u>
Constituição	53.688
Baixa por pagamento	<u>(59.110)</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>76.353</u>

(*) Transferido para o Refis – Programa de Recuperação Fiscal, com anistia de dívidas, redução de juros e pagamento parcelado.

(**) Refere-se ao ganho devido a adoção ao Refis.

A Administração, em conjunto com os seus assessores jurídicos, analisa os processos individualmente e registra o valor da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base no provável desembolso de caixa para os respectivos processos judiciais.

a) Processos tributários

A Companhia está discutindo judicialmente a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves, motores e simulador sob a modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No entendimento da Administração e seus assessores legais, essas operações consubstanciam-se em mera locação, sendo expressa a obrigação contratual quanto à devolução do bem objeto do contrato. A Administração e seus assessores legais acreditam que a ausência da caracterização de circulação de mercadoria não origina, portanto, o fato gerador do ICMS.

O valor estimado agregado das disputas judiciais em andamento referentes à não incidência de ICMS nas importações mencionadas anteriormente, é de R\$20.661 em 31 de dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015 e 2014 - R\$109.386) não incluindo encargos moratórios. A redução do saldo desses processos, deve-se a prescrição das causas.

A Administração, com base na sua avaliação e de seus assessores legais, entende que as chances de perda são remotas e, portanto, não foi constituída provisão para os referidos valores.

A Companhia tem processos fiscais que se referem a cobrança adicional de 1% da COFINS nas importações de aeronaves e motores, de acordo com o que prevê a Lei 10.865/04, a aplicação da alíquota zero da COFINS para a importação de aeronaves e partes e peças. Sendo assim, a Administração entende que as chances de perda são possíveis e, portanto, não foi constituída provisão para os referidos valores.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante dos processos fiscais que, de acordo com a administração, foram avaliados com risco de perda possível e não provável é de R\$41.777 (31 de dezembro de 2015 - R\$32.667 e 31 de dezembro de 2014 – R\$8.515), para o qual não foi constituída provisão.

b) Processos cíveis

A Companhia possui ações de natureza cíveis, relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral, tais como atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos de bagagem, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante dos processos cíveis que, de acordo com a administração, foram avaliados com risco de perda possível e não provável é de R\$8.489 (31 de dezembro de 2015 - R\$6.474 e 31 de dezembro de 2014 – R\$5.506), para o qual não foi constituída provisão. Nenhum dos processos, individualmente, é material.

c) Processos trabalhistas

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, relacionadas principalmente discussões relacionadas a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante dos processos trabalhistas fiscais que, de acordo com a administração, foram avaliados com risco de perda possível e não provável é de R\$45.547 (31 de dezembro de 2015 - R\$18.457 e 31 de dezembro de 2014 – R\$8.633), para o qual não foi constituída provisão.

31. Seguros

A Companhia busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2016, foram contratadas pelos

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

montantes a seguir indicados, conforme apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas
Incêndio de bens do imobilizado	36.916
Responsabilidade civil	4.986.423

32. Eventos subsequentes

Conversão de ações

Em 3 de fevereiro de 2017, a Companhia realizou a conversão das 5.421.896 (após o desdobramento das ações 10.843.792) ações preferenciais classe C e das 31.620.950 (após o desdobramento das ações 63.241.900) ações preferenciais classe D em ações preferenciais classe "A". Como resultado, todas as ações preferenciais classe A foram renomeadas simultaneamente como "ações preferenciais".

Oferta

Em 6 de fevereiro de 2017, a Companhia arquivou junto a Comissão de Valores Mobiliários uma Declaração de Registro no Formulário F-1, na qual a Companhia pretende listar suas ações preferenciais na forma de *American Depositary Shares*. Concomitantemente arquivou junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários o Prospecto preliminar de oferta pública, nos termos da qual a Companhia pretende listar suas ações preferenciais.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Autuação Ministério Público do Trabalho

De acordo com informações publicamente disponíveis, o Ministério Público do Trabalho recentemente emitiu em 22 de fevereiro de 2017, uma ação contra a Companhia alegando a violação de certos aspectos trabalhistas, como limitações no horário de trabalho diário e períodos de repouso. Reivindica aproximadamente R\$66.000 em danos punitivos. Também solicitou a concessão de liminar limitando as horas extras e fazendo cumprir as pausas legalmente exigidas, sob pena de R\$5 por violação, entretanto tal liminar foi negada pelo tribunal. A Companhia ainda não foi formalmente notificada do processo e, portanto, não tem conhecimento específico sobre as reivindicações e está em processo de contratação de advogados externos para apoiar na defesa, e classificou inicialmente a probabilidade de perda como possível.

Desdobramento das ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 23 de fevereiro de 2017, os acionistas da Companhia aprovaram o desdobramento das ações na proporção de duas ações da mesma espécie e classe para cada uma ação atualmente existente. Como resultado do desdobramento as demonstrações financeiras foram revisados para refletir a quantidade de ações e as informações por ações como se os efeitos deste desdobramento de ações tivessem ocorrido para todos os períodos comparativos.

Plano de outorga de opções de ações

Em 10 de março de 2017, a Companhia aprovou o terceiro plano de opções de compra ações, direcionado a certos diretores estatutários da Companhia incluindo nosso diretor presidente e acionista controlador, Sr. David Neeleman, autorizando a outorga de opções que resultem em até 11.679.389 ações preferenciais, por um período aquisitivo de 5 anos. O preço de exercício das opções para o primeiro programa do terceiro plano foi pré-definido em R\$ 11,85 por ação. Não houve ainda outorga de opções, tendo em vista que o primeiro programa do Plano será aprovado pelo Conselho de Administração.